

# ECONOMISTAS

**Entrevista:  
Tereza Campello**

*"Mudamos a forma de trabalhar a pobreza no mundo"*

**Ivan Colangelo  
Salomão**

*A economia política do regime militar: ajuste, crescimento e crise*

**André Nassif**

*O que fazer para superar a estagnação e retomar o desenvolvimento?*

*A mestra,  
com carinho*



## EXPEDIENTE

**Presidente:** Paulo Dantas da Costa

**Vice-presidente:** Flávia Vinhaes Santos

**Conselheiros efetivos:**

Carlos Alberto Safatle

Carlos Roberto de Castro

Claudemir Galvani

Clovis Benoni Meurer

Flávia Vinhaes Santos

Heric Santos Hossoé

João Manoel Gonçalves Barbosa

Kerssia Preda Kamenach

Lauro Chaves Neto

Maria de Fátima Miranda

Maria do Socorro Erculano de Lima

Maurílio Procópio Gomes

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Paulo Dantas da Costa

Paulo Hermance Paiva

Paulo Roberto Polli Lobo

Tania Cristina Teixeira

Teresinha de Jesus Ferreira da Silva

**Conselheiros suplentes:**

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Antonio Corrêa de Lacerda

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Cid Cordeiro Silva

Denise Kassama Franco do Amaral

Eduardo Reis Araujo

Evaldo da Silva

Gilson de Lima Garófalo

Gustavo Casseb Pessoti

Josélia Souza de Brito

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Noel Leite da Silva

Omar Corrêa Mourão Filho

Paulo Roberto de Jesus

Rogério Vianna Tolfo

Vicente Ferrer Augusto Gonçalves

**Conselho Editorial:**

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)

Paulo Dantas da Costa (Vice-coordenador)

Ana Cláudia de Albuquerque Arruda Laprovitera

Antonio Corrêa de Lacerda

Antônio de Pádua Ubirajara e Silva

Eduardo Rodrigues da Silva

Eduardo Reis Araujo

Fernando de Aquino Fonseca Neto

Gelton Pinto Coelho Filho

Gilson de Lima Garófalo

Heric Santos Hossoé

João Hallak Neto

José Luiz Pagnussat

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Juliane da Costa Furno

Lauro Chaves Neto

Luiz Carlos Delorme Prado

Mônica Beraldo Fabrício

Maria Cristina de Araújo

Paulo Sérgio Fracalanza

Pedro Garrido da Costa Lima

Roberto Bocaccio Piscitelli

Sidney Pascoutto da Rocha

Wellington Leonardo da Silva

**Comissão de Comunicação:**

Flávia Vinhaes Santos (Coordenadora)

Antonio Corrêa de Lacerda (Vice-Coodenador)

Clovis Benoni Meurer

Denise Kassama Franco do Amaral

Gilson de Lima Garófalo

Júlio Flávio Gameiro Miragaya

Lauro Chaves Neto

Mônica Beraldo Fabrício da Silva

Róridan Penido Duarte

**Coordenação de Comunicação:**

Renata Reis – Coordenadora

Manoel Castanho – Jornalista

Raquel Passos – Assessora

[imprensa@cofecon.org.br](mailto:imprensa@cofecon.org.br)

**Projeto Gráfico e Editoração:**

Raquel Passos

ISSN 2446-9297

**As ideias e informações contidas nos artigos publicados nesta revista são de responsabilidade de cada autor, não devendo ser interpretadas como endossadas ou refletindo o pensamento do Conselho Federal de Economia.**

# SIGA-NOS NAS REDES SOCIAIS!



@cofecon

<b>Editorial</b> Paulo Dantas da Costa	<b>5</b>	<b>A economia política do regime militar: ajuste, crescimento e crise</b> Ivan Colangelo Salomão	<b>51</b>
<b>Entrevista Tereza Campello</b> Manoel Castanho	<b>6</b>		
<b>O que fazer para superar a estagnação e retomar o desenvolvimento econômico no Brasil?</b> André Nassif	<b>14</b>	<b>Reprimarização e financeirização: o Brasil e a cadeia da soja no boom das commodities dos anos 2000</b> Herick Vazquez Soares	<b>56</b>
<b>Desindustrialização brasileira e a necessidade de uma agenda para a retomada industrial</b> Pedro Garrido da Costa Lima	<b>24</b>	<b>Entre o mito e a utopia: a atualidade do cinquentenário Mito do Desenvolvimento Econômico de Celso Furtado</b> Fernanda G. Cardoso	<b>62</b>
<b>Como superar a longa quase-estagnação brasileira?</b> Adalmir Marquetti, Alessandro Miebach e Henrique Morrone	<b>30</b>	<b>O governo Lula 3 e a recuperação da economia brasileira</b> Norma Cristina Brasil Casseb e Carlos Cabral	<b>68</b>
<b>Copom Saudosista</b> André Galhardo	<b>37</b>		
<b>À mestra, com carinho</b> Manoel Castanho	<b>42</b>	<b>Construir hoje um futuro sustentável: é possível?</b> Ruth Espínola Soriano de Mello	<b>77</b>
		<b>Novos livros</b>	<b>81</b>

Temos o prazer de apresentar a edição nº 52 da revista Economistas, que faz parte das atividades desenvolvidas dentro do projeto Memórias e Futuro da Economia Brasileira, criado pelo Cofecon em 2024 a fim de promover o debate econômico e discutir as formas de construirmos o país que almejamos.

Ao longo da nossa história, não faltaram iniciativas para desenvolver o Brasil. Algumas delas prosperaram, outras não tiveram os resultados esperados e problemas econômicos históricos persistem até os nossos dias. Daí a importância de conhecer de onde viemos. Muitos profissionais têm tomado para si esta tarefa. Nós, economistas, podemos construir soluções para que, a partir das lições do passado, a economia brasileira tenha um rumo mais próspero.

Os artigos publicados nesta edição abordam questões como o quadro de estagnação e a retomada do desenvolvimento, a desindustrialização brasileira e a importância que este setor cobra na retomada do País, a economia política do regime militar e a atualidade da obra de Celso Furtado, entre outros temas.

Uma entrevista especial com a ex-ministra Tereza Campello aborda questões da mais elevada importância para a nossa profissão, como a capacidade do economista de transformar a realidade e a importância da visão econômica para trabalhar questões de justiça social. Durante sua gestão à frente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome publicado pela ONU – uma vitória cuja importância talvez nunca tenhamos compreendido, porque recentemente voltamos a fazer parte deste relatório.

Por fim, não poderia deixar de homenagear a economista Maria da Conceição Tavares, falecida no dia 08 de junho. Professora na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Estadual de Campinas, contribuiu para a formação de vários economistas com importante participação no cenário nacional. Em 2010 foi reconhecida pelo Cofecon com o prêmio Personalidade Econômica do Ano, tendo sido a primeira mulher a receber tal honraria. Deixa saudades em muitos colegas e alunos.

**Boa leitura**



## Paulo Dantas da Costa

*Presidente do Cofecon*

Economista. Especialista em Direito Tributário e Administração Financeira Governamental. Trabalhou no Banespa. Foi auditor fiscal da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, tendo ocupado diversos cargos de direção, inclusive o de coordenador de Programação Financeira. Foi presidente e vice-presidente do Corecon-BA, presidente do Cofecon em 2014, 2015 e 2023 e vice-presidente da autarquia em 2022. Atualmente, é consultor em diversas empresas públicas e privadas.

# Tereza Campello:

*mudamos a forma de trabalhar  
a pobreza no mundo*

*Em entrevista exclusiva, economista falou sobre a sua trajetória profissional, a atuação à frente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a importância do curso de Ciências Econômicas*

---

**POR MANOEL CASTANHO,**  
*jornalista da Coordenação de Comunicação*

Foto: Wikipedia/Reprodução



Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello nasceu em Descalvado (SP) e passou a infância em Recife. Uma das lembranças que conserva deste período são as pontes repletas de retirantes. Ingressou na Universidade Federal de Uberlândia no curso de Engenharia Química - mas sua afinidade com a área de ciências humanas e o desejo de uma formação que lhe permitisse interferir na realidade política e lutar contra as desigualdades levaram-na a prestar novo vestibular e entrar no curso de Ciências Econômicas.

Já formada, trabalhou na prefeitura de Porto Alegre, onde ocupou vários cargos - entre eles, foi assessora do secretário da Fazenda, João Verle (ex-presidente do Corecon-RS), e realizou diferentes tarefas, desde a reforma tributária até a coordenação do orçamento. Mais tarde, atuou na Assembleia Legislativa e no governo estadual, onde assumiu o cargo de secretária-geral adjunta.

Em 2003 passou a trabalhar no governo federal, sendo assessora especial da Presidência da República, com forte atuação no acompanhamento de políticas de desenvolvimento econômico e social. Em 2011 assumiu o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no qual formulou e coordenou o plano Brasil Sem Miséria. Em 2014 o Brasil deixou o Mapa da Fome, publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Tereza também foi pesquisadora e professora titular na Fundação Oswaldo Cruz, atuou como pesquisadora associada na Universidade de Nottingham (Inglaterra) e criou, na Universidade de São Paulo, a Cátedra Josué de Castro de Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis. Em 2023 assumiu o cargo de diretora socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em entrevista exclusiva para a revista Economistas, Tereza Campello falou sobre a sua trajetória profissional, sua atuação à frente do Ministério, os ganhos do Brasil na luta contra a desigualdade e a importância que a formação em Ciências Econômicas teve no desempenho das suas atividades em diversos âmbitos.

**Revista Economistas (RE):** Sua escolha pelo curso de Ciências Econômicas foi um pouco diferente, porque a senhora já era aluna de

outro curso. O que a levou a optar pela área de economia?

**Tereza Campello (TC):** Tive a ilusão de estudar dois cursos ao mesmo tempo, mas não é algo trivial fazer um curso de engenharia química e um curso de economia bem feitos. Então decidi estudar só economia. É um curso para quem quer mudar o mundo, transformar a realidade, interferir na vida econômica buscando reduzir a desigualdade e melhorar a vida da população e o ambiente de negócios. Agora, se você quer ser financista e atuar na bolsa, é melhor estudar matemática. Se minha opção fosse ser uma economista com esse perfil, talvez ter concluído o curso de engenharia fosse até mais adequado.

Eu queria, de fato, atuar transformando a realidade, colocando o meu conhecimento a favor da construção de um mundo melhor. Nesse sentido, o curso de economia é excepcional. Você estuda história, relações, sociologia, ele te obriga a ter uma visão multidimensional da realidade e dá um conjunto de ferramentas para atuar a favor disso. Tomei a decisão certa e estou muito feliz com ela.

**RE:** Sua trajetória profissional teve início na assessoria econômica da prefeitura de Porto Alegre, atuando na reforma tributária do município e na implantação dos tributos instituídos pela Constituição de 1988. Qual a importância desta experiência para os demais cargos que veio a exercer posteriormente?

**TC:** Eu me formei em dezembro de 1988. Coincidiu com a promulgação da nova Constituição, que é um marco na transformação das políticas públicas e no conceito de direitos. Ela incorporou um conjunto de elementos que muda a base legal para a construção de políticas públicas no Brasil. Tive a sorte de me formar com este novo marco legal, exatamente no ano em que o prefeito Olívio Dutra ganhou as eleições de uma prefeitura importante como Porto Alegre. Trabalhei com o secretário João Verle, que era um economista muito experiente.

O que foi, para mim, um choque? Muitos setores da sociedade, que nem são elite dominante, acabam incorporando valores e cumprin-

do um papel, impedindo que se avance em políticas públicas. Assumi com a tarefa de implantar o ITBI, que não era municipal, e o IPTU com uma nova base. A Constituição falava do direito social da propriedade, o que era uma novidade incrível.

Tentamos fazer algo muito singelo, que era ter alíquotas diferenciadas de acordo com o valor do imóvel e atualizar a planta de valores. A agenda ganhou contornos de um debate político que nem deveria ter acontecido. Havia imóveis de classe média alta que pagavam valores irrisórios de imposto porque eram antigos. Há muito tempo não havia atualização nenhuma na planta. Bairros que não eram valorizados se valorizaram. Não tinham investimento nenhum, passaram a ter esgoto, asfalto, iluminação, transporte.

Acabei assumindo com uma tarefa importante, sendo uma jovem economista de vinte e poucos anos e tendo que enfrentar este debate sobre o que é justo e o que é o valor que se agrega numa política pública. Foi um ano decisivo na minha formação.



**Eu queria, de fato, atuar transformando a realidade, colocando o meu conhecimento a favor da construção de um mundo melhor. Nesse sentido, o curso de economia é excepcional. Você estuda história, relações, sociologia, ele te obriga a ter uma visão multidimensional da realidade e dá um conjunto de ferramentas para atuar a favor disso."**

**RE:** Ainda na prefeitura de Porto Alegre a senhora participou da coordenação do orçamento participativo, uma experiência pioneira na época e que se tornou referência. Quais foram os principais desafios enfrentados naquele momento e quais os fatores que levaram ao sucesso do programa?

**TC:** Tem um desafio que é a transparência. Abrir a prefeitura para a sociedade. Muitas vezes pensamos que transparência é abrir as finanças públicas e as decisões para os órgãos de controle, mas é de uma riqueza enorme que a sociedade consiga compreender como as coisas funcionam.

Muitos gastos do orçamento são fixos. Despesas com pessoal, por exemplo, não estariam na decisão da sociedade. Mas a sociedade entender isso tem valor, até para defender o que é importante: educação, saúde, quem vai executar o conjunto das obras, assistência social funcionando. Não é só fazer um posto de saúde a mais, tem que estar funcionando. Discutir se vamos fazer isto ou aquilo, se faremos rua aqui ou rua lá, tinha que haver este debate. Discutir o IPTU, por que aumentar, onde aumentar. Para além do exercício da democracia, ao dividir a decisão, você se surpreende com a forma como a sociedade é capaz de compreender e de te ensinar.

**RE:** A senhora esteve à frente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome entre 2011 e 2016. Quais foram as principais dificuldades enfrentadas neste período e de que modo a Ciência Econômica fez diferença neste enfrentamento?

**TC:** Em 2011 tínhamos um processo bem-sucedido de enfrentamento da fome e da pobreza. Havia um conjunto de políticas que tive a alegria de ter ajudado a construir, como o Bolsa Família. Iniciar um processo com desafios depois de ter toda uma base de políticas públicas construídas muda completamente.

Eu tinha o desafio de continuar reduzindo a pobreza e a fome, mesmo tendo caído a patamares já baixos. Não bastava fazer o mesmo que foi feito ao longo de oito anos. A pobreza e a fome foram reduzidas a um núcleo resistente. As grandes políticas públicas já padronizadas não esta-

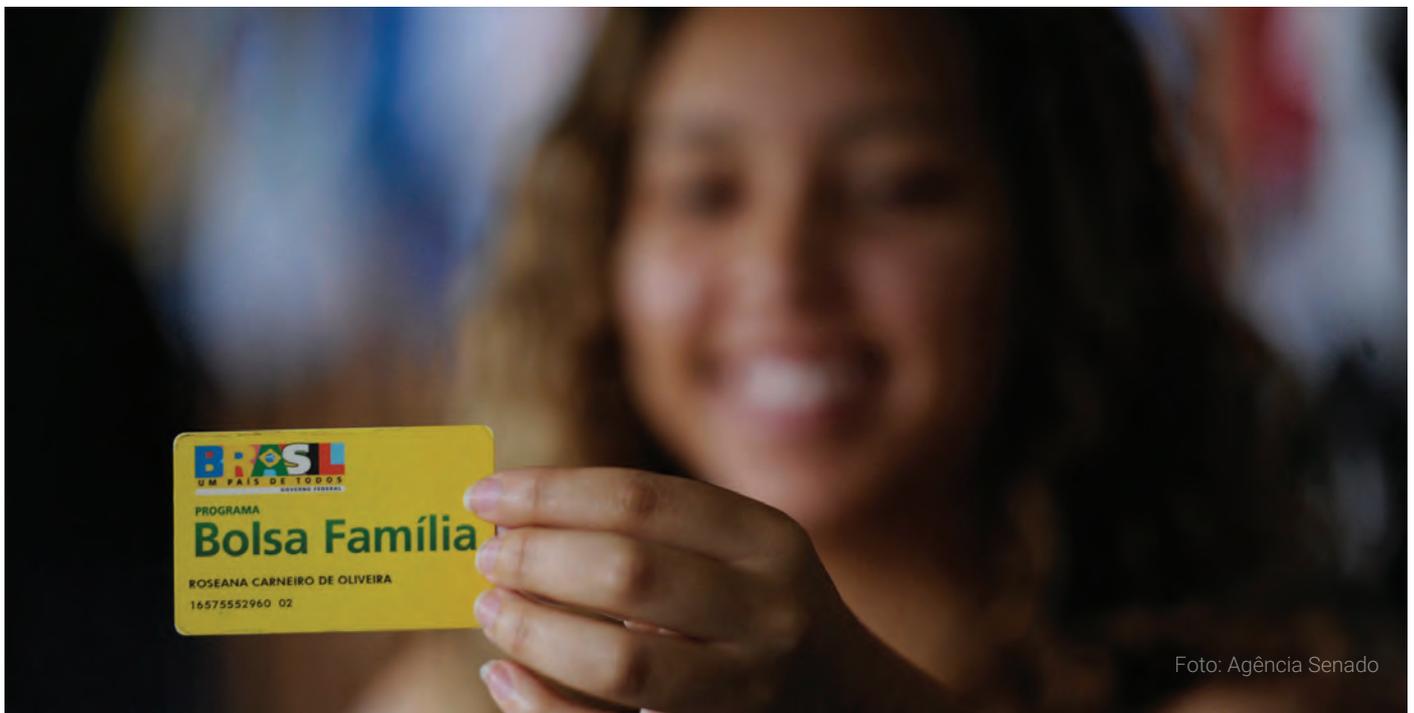


Foto: Agência Senado

vam conseguindo chegar àquele núcleo resistente das pessoas com maior situação de desnutrição.

Isso exigia um arcabouço mais complexo e integrado de políticas públicas, o que só pode ser feito porque já havíamos avançado oito anos melhorando o tecido das políticas públicas, articulando várias áreas e permitindo que construíssemos um plano de enfrentamento da pobreza, não mais da fome, de forma multidimensional. Entramos com acesso a água onde era necessário, com acesso a educação, com articulação.

Ser economista me ajudou em vários sentidos. Um deles é entender as questões profundas da desigualdade: essa população mais pobre é a última a ser empregada e a primeira a ser desempregada, então tem uma volatilidade de renda. Muitos pensam a pobreza e a desigualdade como uma agenda social, uma questão de justiça. Sendo economista, sei que isso vai muito além. Temos um arcabouço teórico e vasta evidência científica mostrando que tem um nível de pobreza e desigualdade que impede o desenvolvimento das economias. A desigualdade, por si só, é um obstáculo ao desenvolvimento sustentável. Não é só uma questão de justiça, é de crescimento econômico e desenvolvimento sustentável.

A professora Maria da Conceição Tavares sempre falava que o Brasil tem voos de galinha. Cresce, bate num teto e cai. O que é este teto? É a desigualdade, a parcela da população

totalmente excluída de bens, serviços e acesso ao consumo. Pensando como economista, não estou só fazendo justiça, mas enfrentando um dos grandes obstáculos do Brasil ao crescimento econômico sustentável.

**RE:** A modo de provocação: este teto é de vidro?

**TC:** Espero que não seja de aço intransponível. Pode ser superado, vínhamos num crescente, com impactos de médio e longo prazo que não foram medidos de forma suficiente.

A experiência do Brasil Sem Miséria tem o exemplo das cisternas, e gosto dele porque quebra um pouco tanto o conceito de direita quanto o de esquerda do que é a política pública. A cisterna não é a única forma de levar água à população. Ter uma rede de fornecimento contínuo é muito melhor, mas é economicamente inviável fazer uma rede de água no semiárido nordestino, onde tem uma casa aqui e outra daqui a cinco quilômetros. Tem a captação de água do telhado. No Nordeste chove, mas a chuva não é regular. Reservar água é uma tecnologia que se mostrou muito bem-sucedida. Fez justiça social? Sim, porque não ter água é a base da tragédia. Não adianta a pessoa ter feijão se não tiver água para cozinhar. É a base da segurança alimentar.

Pensando como economista, a cisterna é um bem de produção. As pessoas não pensam nisso. O pequeno produtor que tem uma pequena propriedade, se não tiver água, vai embora. Se ele for embora, a terra vai para a mão de um grande proprietário, gerando concentração de renda. Ele irá para a cidade, sem saber o que fará. Será um pobre a mais na cidade, na rua, com emprego desqualificado, e vai deixar de produzir comida. Se eu der água, a terra dele passa a ser viável. A cisterna normalmente não é vista como um bem de produção. Não é um bem de capital, mas é um bem de produção e é a primeira medida para que aquela terra seja sustentável. No meu mandato nós fizemos mais de 800 mil cisternas em quatro anos.

Lidar com estes elementos que impactam na economia, mas que têm origem na desigualdade, na pobreza e no não acesso a políticas públicas, mudou a forma como uma parcela – inclusive dos economistas – enxergava as políticas sociais. Antes dizia-se que o Bolsa Família era uma esmola e que era um absurdo. Hoje há dezenas de milhares de estudos mostrando como ele impacta no multiplicador do emprego, da renda, do consumo. Não há mais aquele mito de que era jogar dinheiro fora. Tenho certeza de que dei minha contribuição nesta mudança de trajetória para derrubar os mitos sobre a pobreza.

**RE:** Em 2014 a senhora recebeu, em nome do governo brasileiro, o reconhecimento da ONU pelo alcance das metas que tiraram o Brasil do Mapa da Fome. Qual o tamanho desta realização para o nosso país? Será que, em algum momento, nos demos conta da importância deste feito?

**TC:** Não foi noticiado por ninguém. Inclusive no ano seguinte o Bolsa Família recebeu outro prêmio que também não foi noticiado por ninguém. A importância do prêmio existe por si, não é pelo reconhecimento, mas o Brasil não se apropriar disso? Teve uma época em que ninguém no mundo dava um passo em políticas sociais sem falar conosco. Isso não é uma questão menor. Desenvolvemos tecnologia de enfrentamento à pobreza, com conhecimento científico, estudos, publicações. Fizemos políticas baseadas em ciência. Mudamos a forma de trabalhar a pobreza no mundo a partir da nossa experiência. Isso não ser reconhecido no Brasil é uma perda para o País.

Tem gente que, a partir do que fizemos, já evoluiu e fez outras coisas. A alimentação escolar depois de 2009 não é a mesma no resto do mundo. A compra de produtos locais, da agricultura familiar, tudo isso é tecnologia social brasileira. Não reconhecer isso, que talvez fique explícito no prêmio da ONU pela nossa saída do mapa da fome, deixou a porta aberta para que retrocedêssemos nas políticas de combate à pobreza enquanto o resto do mundo avançava.

Por que voltamos para o mapa da fome? Eu dizia o seguinte: o que nos tirou do mapa da fome? Um conjunto de políticas. Segundo a FAO, primeiro foi por um aumento da renda da população. Não é falta de comida, o Brasil é um dos maiores produtores de alimentos do mundo. Tem uma conta que o professor Ladislau Dowbor faz, são mais de quatro quilos de alimentos por pessoa por dia. Claro que ninguém come quatro quilos de soja ou milho, mas isso dá uma ideia de que não falta comida. É falta de renda. E por que aumentou a renda? Aumento do salário mínimo, ampliação do número de pessoas que tinham di-



reito à aposentadoria e ao Benefício de Prestação Continuada e estavam fora, aumento do emprego formal, Bolsa Família. Mas havia outras políticas: o fortalecimento da agricultura familiar, o aumento da oferta de alimentos saudáveis. O Brasil voltou ao mapa da fome porque este conjunto de políticas foi interrompido.

**RE:** Uma das questões mais importantes para a economia global tem sido a transição ecológica. A senhora trabalhou na coordenação da Agenda do Clima no Brasil, participando das negociações das Conferências das Nações Unidas para a Biodiversidade, onde o Brasil apresentou metas voluntárias de redução de gases do efeito estufa. Como tem sido o cumprimento ou não destas metas, e quais são as principais dificuldades para implementar a transição ecológica na economia global?

“

**Desenvolvemos tecnologia de enfrentamento à pobreza, com conhecimento científico, estudos, publicações. Fizemos políticas baseadas em ciência. Mudamos a forma de trabalhar a pobreza no mundo a partir da nossa experiência. Isso não ser reconhecido no Brasil é uma perda para o País.”**



**TC:** Nenhum país tinha reduzido a emissão de carbono na velocidade que o Brasil vinha fazendo. Por quê? Porque o principal vetor de emissão de gás carbônico no Brasil é o desmatamento associado à mudança do uso do solo.

Nós retrocedemos. O Brasil voltou a desmatar a taxas absurdas, jogando fora um conhecimento acumulado e toda uma construção de políticas públicas e uma rede de enfrentamento ao crime organizado na Amazônia.

Quando eu coordenei esta agenda, estava claro que deveríamos avançar muito no enfrentamento ao desmatamento. Isso já tinha sido revertido, mas era possível baixar ainda mais as taxas. Para isso, seria preciso avançar em outras frentes, como a construção de uma agricultura de baixo carbono.

O Brasil já é o produtor de energia com a maior matriz limpa. Então, o que era preciso fazer? Limpar ainda mais nossa matriz, enfrentar o desmatamento e avançar em duas áreas: retomar o desenvolvimento industrial em outras bases, aproveitando a janela de oportunidade que se abriu com a Indústria 4.0, e mudar o nosso sistema alimentar, ampliando a produção e reduzindo uma indústria suja do ponto de vista da emissão de carbono e que produz alimentos de baixa qualidade

Temos a tarefa de transitar para sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis. Isso teria impacto tanto na melhora da qualidade

da alimentação quanto na diversificação da produção agrícola. Produzir alimentos próximos da população, permitindo que ela pare de comer alimentos ultraprocessados de baixa qualidade e produtos monótonos, que mudam a cor e o cheiro, mas o conteúdo é parecido. Não basta só acabar com a fome, que é a direção na qual vínhamos caminhando. É também a qualidade da alimentação e o enfrentamento à desnutrição, inclusive maquiada (porque você tem crianças obesas desnutridas).

**RE:** Qual foi o trabalho que lhe proporcionou maior sentimento de realização pessoal? Há algum sonho profissional que a senhora ainda não tenha realizado?

**TC:** Sou uma economista de muita sorte. Passei por experiências muito diversas. Tive a sorte de me formar com a mudança da Constituição, ter meu primeiro emprego junto a pessoas com nível de formação e compromisso social fantástico; depois, trabalhei em agendas que mudaram totalmente minha vida. Comecei com a questão tributária e o orçamento participativo, passei para a pauta do desenvolvimento sustentável com articulação de sustentabilidade, desenvolvimento agrário e agenda social. Trabalhei em frentes inovadoras, todas elas vinculadas ao setor público. Minha vivência foi toda como gestora pública.





**Acho que o Brasil está num crescente, estamos à frente de um conjunto de oportunidades e espero que, dessa vez, não derrape na curva."**



Tive sorte também, porque não é só uma questão de ser bem-sucedida profissionalmente. É também estar no lugar certo na hora certa, junto com toda uma agenda que avança. Coincidiu com uma virada muito importante no Brasil. A agenda de enfrentamento da desigualdade, que é uma agenda minha, pessoal, passou ser estratégica. Agora estou num lugar em que nunca estive, que é meio que o sonho de qualquer economista comprometido com uma agenda de desenvolvimento do País, que é o BNDES. Sou admiradora da professora Maria da Conceição Tavares, de tantos brasileiros que ajudaram a pensar o país do ponto de vista das desigualdades. Acho que o Brasil está num crescente, estamos à frente de um conjunto de oportunidades e espero que, dessa vez, não derrape na curva.

**RE:** Que mensagem a senhora deixaria para os estudantes de Ciências Econômicas de 2024?

**TC:** Economia é economia política. O curso de economia é talvez um dos cursos mais ricos que a gente tem. Estudamos história com um olhar completamente diferenciado, que é o que motiva e organiza e faz a dinâmica econômica.

Precisamos de economistas bem formados que leiam, que estudem, que estejam abertos a estudar tudo. Ler muito e aprender muito. Schumpeter me inspirou, e ele não é um economista tradicional de esquerda. Vocês têm na mão um conjunto de ferramentas, e talvez seja o curso mais aberto e que mais possibilidades tem de trabalhar com inovação, de ajudar a agenda social, a agenda ambiental – que é uma grande novidade e que parte dos economistas ainda não incorporou como variável. Terminem o curso para transformar a realidade e enfrentar a desigualdade.

ARTIGO

# O que fazer para superar a estagnação e retomar o desenvolvimento econômico

POR ANDRÉ NASSIF

*"Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína  
Tudo é menino e menina no olho da rua  
O asfalto, a ponte, o viaduto ganhando pra lua  
Nada continua."  
(Caetano Veloso, "Fora da Ordem", 1991)*

*"Vem, vamos embora, que esperar não é saber  
Quem sabe faz a hora, não espera acontecer."  
(Geraldo Vandré, "Pra não dizer que não falei de flores", 1968)*

## 1. Introdução

Se compararmos a performance da economia mundial ou de diversos países em desenvolvimento com a do Brasil, concluiremos que alguma coisa está fora da ordem com a economia brasileira. Desde 1981, ela se mantém em estagnação quase contínua, comparativamente ao notável crescimento econômico registrado entre 1950 e 1980. Como sintetiza a Tabela 1, enquanto neste período a taxa de crescimento do PIB brasileiro, de 7,41%

a.a., superou a do PIB mundial, de 4,51% a.a., entre 1981 e 2022 o PIB do país recuou para míseros 2,18% a.a., cifra inferior à taxa de crescimento média do mundo, de 2,97% a.a. E, pior, a taxa de crescimento praticamente nula da produtividade do trabalho após a década de 1980 (contra aumento médio anual de 4,5% entre 1950 e 1980) revela a “estagnação secular” da economia brasileira há mais de quatro décadas.

**Tabela 1:**  
**PIB e Produtividade: taxas de crescimento médias anuais (1950-2022, em percentual)**

	<b>Brasil</b>	<b>Mundo</b>	<b>Brasil</b>
	<b>PIB</b>		<b>Produtividade do trabalho</b>
1950-1980	7,41	4,51	4,5
1981-2022	2,18	2,97	0,22

Fonte: PIB-Brasil: IBGE; PIB-mundo: Banco Mundial;  
Produtividade do trabalho-Brasil: Groningen Growth and Development Centre Database.

Neste breve ensaio, meu objetivo é comparar os dois subperíodos, o de crescimento econômico relativamente sustentado, entre 1950 e 1980, com o quadro crônico de estagnação da economia brasileira após então. Procurarei mostrar que, embora o período de crescimento tenha sido marcado por custos (micro e macro) econômicos e sociais significativos (custos e preços médios em diversos setores bastante superiores aos internacionais, devidos ao elevado nível de proteção média; elevado endividamento externo; falta de autonomia tecnológica; complacência com inflação média acima de dois dígitos; aumento da desigualdade social e regional etc.), além de repressiva ditadura militar (1964-1985), o fato é que o forte dinamismo da economia permitiu uma taxa de crescimento média anual da renda per capita de 4,49%, elevando este indicador de convergência relativa de US\$ 821 para US\$ 3.052, a preços constantes de 2000, superior à média mundial, de US\$ 2.587, no mesmo período. Como a renda per capita do Brasil em 2022, de US\$ 8.917 (a preços correntes), já se mostrava inferior à mundial, de US\$ 12.743, é lícito concluir que a estagnação crônica observada nas últimas décadas se traduziu em notória regressão econômica.<sup>1</sup>

No ensaio, procurarei contribuir para o debate através da discussão de dois argumentos polêmicos: o primeiro é que, embora o Brasil ressinta-se de enormes gargalos micro e mesoeconômicos do lado da oferta (educação precária, baixos gastos em pesquisa e desenvolvimento – P&D – como proporção do PIB, ineficiência do sistema tributário, dentre outros), a superação destes entraves é condição necessária, mas não suficiente para a retomada e sustentação do desenvolvimento brasileiro. A principal restrição é de ordem macroeconômica, decorrente de um regime de política macroeconômica obsessivamente desbalanceado em favor da manutenção da estabilização inflacionária, comparativamente ao objetivo de assegurar o crescimento sobre bases sustentáveis e perseguir uma trajetória exitosa de convergência relativa (*catching up*) para níveis de renda per capita médios dos países desenvolvidos; o segundo é que o governo brasileiro deveria se mirar no exemplo da maioria dos países asiáticos, que procuram equilibrar o objetivo de perseguir a estabilidade interna e externa (fiscal, monetária e do balanço de pagamentos) com o objetivo inegociável de assegurar o desenvolvimento e a persecução do *catching up*. É verdade que, na história econômica

brasileira pregressa, governos, democráticos ou autoritários, como o de Juscelino Kubitschek ou Ernesto Geisel, respectivamente, subordinaram a estabilidade interna (inflação e dívida pública) e externa (dívida externa) ao objetivo prioritário de desenvolver o país quase que a qualquer custo. O governo atual e os próximos poderiam fazer melhor: estabelecer o desenvolvimento econômico como meta principal de longo prazo, cuidando para preservar a estabilidade monetária, fiscal e do balanço de pagamentos.

O ensaio contém duas seções: na primeira, sintetizo o período em que o Brasil conseguiu percorrer uma trajetória inicial de desenvolvimento, entre 1950 e 1980, embora tenha sido frustrado o objetivo de promover o *catching up*; na segunda, analiso a fase de estagnação da economia brasileira, com propostas de política econômica para superá-la e retomar o desenvolvimento perdido há mais de quatro décadas.

## **2. Desenvolvimento econômico, sem *catching up* (1950-1980)**

Não foi tarefa fácil transformar a economia brasileira de uma economia agroexportadora em uma economia semi-industrializada, em um intervalo relativamente curto, entre 1950 e 1980. Em que pese haver diversas interpretações sobre a origem do processo de industrialização no Brasil, a mais convincente continua sendo a de que ele foi deflagrado pelos impactos decorrentes da crise de 1929, que, ao reduzir violentamente os termos de intercâmbio e a capacidade para importar, levou à ruptura do modelo primário-exportador.<sup>2</sup>

A rigor, a historiografia demarca o ano de 1930 como o início do processo de industrialização por substituição de importações (SI). De fato, passada a fase inicial de SI no setor de bens de consumo não-duráveis, induzida espontaneamente pelas crises do setor externo entre 1940 e 1950, os governos brasileiros estavam ainda se conscientizando da importância do poder indutor do Estado na formação da base industrial, mediante a constituição da infraestrutura de insumos básicos e de alguns segmentos pesados. Não por acaso, na década de 1940, diversas empresas estatais começaram a funcionar nos setores de insumos básicos (Companhia Siderúrgica Nacional e

Companhia Vale do Rio Doce), energia (Hidrelétrica do São Francisco) e transporte (Companhia Nacional de Motores). Não foi fácil. No plano político, a historiografia justifica, quase com aprovação, o golpe de Estado de Vargas, em 1937, como ato de resistência à tentativa de retorno ao poder da oligarquia cafeeira paulista, egressa do Acordo de Taubaté.<sup>3</sup>

No entanto, essa conscientização, que se mostrava muito mais explícita no Segundo Governo Vargas (1951-1954), com a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (então BNDE, ainda sem o S de Social), em 1952, e da Petrobras, em 1953, consolida-se no Governo Juscelino Kubitschek - JK (1956-1961), com o Plano de Metas. Como assinalou Lessa (1981, p.17), ao criar o Conselho de Desenvolvimento, JK delegava a ele próprio a instância máxima de governança do programa em prol da industrialização. E não houve resistência política ao projeto de desenvolvimento brasileiro, o que tornava tudo relativamente mais viável.

Em uma palavra, seja pela influência da economia política da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), especialmente após a publicação do *paper* clássico de Prebisch (1949), que enfatizava a industrialização como único caminho para a superação do subdesenvolvimento, seja pela disseminação das ideias associadas ao desenvolvimentismo clássico acerca da relevância da indústria de transformação como principal propulsor de progresso técnico, "motor" de crescimento econômico e determinante do avanço da produtividade agregada no longo prazo, o projeto de nação, com base na continuidade do processo de industrialização, perdurou até o final da década de 1970, ainda que sob a égide da modernização conservadora empreendida pela ditadura militar.

De fato, entre meados da década de 1950 e final dos anos 1970, os governos mobilizaram os instrumentos da política industrial (financiamento subsidiado do BNDE, estímulos à entrada de capital estrangeiro sob forma de investimento direto estrangeiro e empréstimos e financiamentos externos, etc) e da política de comércio exterior (barreiras não-tarifárias, alíquotas elevadas de importação, isenção de impostos de importação para a internalização de bens de capital sem similar nacional, subsídios à exportação, dentre outros)



**No que diz respeito ao Brasil, em particular, a falta de seletividade, o protecionismo exagerado e a complacência com o excesso de entrada de filiais de multinacionais nos complexos metal-mecânico (que abarca as indústrias de bens de capital e automotiva) e eletrônico impediram a criação de um núcleo endógeno irradiador de progresso técnico para a economia."**

para construir uma matriz industrial relativamente diversificada. Não foi fácil. E houve enormes custos, meso e macroeconômicos, que não devem ser negligenciados. Os primeiros dizem respeito à excessiva dependência tecnológica estrangeira, haja vista a enorme concentração de *market-share* em poder das empresas multinacionais em praticamente todos os segmentos da indústria de transformação. Já os custos macroeconômicos são associados, de um lado, à inflação, que rodou, em média, sempre acima de dois dígitos, na maior parte do período, e com mais de três dígitos no período de alta inflação entre a década de 1980 e o Plano Real, em 1994; e de outro, à insistência dos governos brasileiros em crescer às custas de "poupança externa", de cuja estratégia resultou um acúmulo de endividamento externo que se tornou explosivo nos anos 1980 e foi solucionado apenas na década seguinte.

Nos anos 1980, o "modelo" de industrialização por substituição de importações foi objeto de avaliação crítica tanto pelos estruturalistas quanto pelos liberais.<sup>4</sup> A crítica estruturalista mais vigorosa foi a empreendida pelo economista cevalino Fernando Fajnzylber, em seu livro clássico "*La Industrialización Trunca de América Latina*", de 1983. No que diz respeito ao Brasil, em particular, a falta de seletividade, o protecionismo exagerado e a complacência com o excesso de entrada de filiais

de multinacionais nos complexos metal-mecânico (que abarca as indústrias de bens de capital e automotiva) e eletrônico impediram a criação de um núcleo endógeno irradiador de progresso técnico para a economia. Além disso, nesses setores, cuja competitividade requer consideráveis escalas mínimas de produção, os níveis médios exageradamente elevados de proteção fizeram com que o excesso de entrada de empresas fragmentasse de tal modo o mercado que, segundo Fajnzylber (op.cit, p.192), "os empresários ficavam livres para "transferir aos preços os maiores custos associados à utilização parcial de suas instalações produtivas".

A diferença entre a crítica liberal e a estruturalista é que, para esta última, o problema não reside no modelo de substituição de importações *per se*, mas na execução prática das políticas industriais a ele inerentes, sobretudo ao longo da década de 1970. Já a crítica liberal atribui à natureza do modelo a causa principal da estagnação do crescimento e da produtividade ao longo dos anos 1980.<sup>5</sup>

### **3. Estagnação sem fim, desde 1980: o que fazer?**

Depois da terrível "década perdida" de 1980, em que os instrumentos da política econômica

ficaram restritos às tentativas (frustradas) de solucionar os graves desequilíbrios do balanço de pagamentos e o problema da escassez de reservas internacionais, na década de 1990 efetivaram-se a renegociação definitiva da dívida externa com os credores internacionais – exigindo-se, em contrapartida, a implementação de reformas neoliberais, sob a égide do Consenso de Washington – e a estabilização inflacionária, sob o Plano Real (1994). O problema é que, mesmo levando-se em conta os efeitos das reformas liberalizantes ao longo da década de 1990, da estabilização monetária em 1994-1995 e do novo arcabouço de política macroeconômica, a partir de 1999, baseado no chamado tripé macroeconômico (regimes de metas para a inflação, câmbio flutuante e metas de superávits fiscais primários), o país não conseguiu, no entanto, retomar o desenvolvimento econômico sobre bases sustentáveis. E mais, o fracasso dos três programas de política industrial adotados entre 2003 e 2011, nos Governos Lula e Dilma Rousseff – a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE, 2003), a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP, 2008) e o Plano Brasil Maior (PBM, 2011) – deve ser atribuído, à exceção do PBM, menos a problemas de concepção

e implementação do que à natureza do regime macroeconômico brasileiro.

Meu argumento é que a principal restrição à retomada do desenvolvimento econômico sobre bases sustentáveis no Brasil está associada ao *modus operandi* deste tripé macroeconômico. Ainda que o novo arcabouço fiscal, adotado pelo governo Lula 3, em 2023, ofereça margem mínima para a execução de políticas fiscais contracíclicas, a execução prática do tripé macroeconômico se mantém inalterada desde sua adoção, em 1999. Parafraseando a economista keynesiana Joan Robinson (1978, p.75), contemporânea de Keynes, alguém deveria esclarecer ao presidente da República que, “para não ser enganado pelos economistas” do mercado, se esse *modus operandi* não for modificado no curto prazo, o regime macroeconômico atual condenará a economia brasileira a um processo de estagnação sem fim. Procurarei, a seguir, discutir as razões e propor alternativas para superá-la e para retomar o desenvolvimento brasileiro.

Um fato estilizado, que ilustra o comportamento da economia brasileira desde o início dos anos 2000, ajuda a entender as armadilhas do tripé. Admitamos que a economia



mundial retorne à fase de bonança, com redução da incerteza, redução das taxas de juros dos Estados Unidos e aumento da liquidez internacional. Suponhamos, adicionalmente, que as expectativas de inflação no Brasil desancorem-se ligeiramente em relação à meta de inflação anual, fixada pelo Comitê Monetário Nacional (atualmente, de 3%). Como o regime de metas para a inflação no Brasil, diferentemente da maioria dos países asiáticos e europeus em desenvolvimento, fixa como única prioridade a convergência da inflação efetiva para a meta, o Conselho de Política Monetária (Copom) adotará um ciclo de aumento da taxa básica de juros até que este objetivo seja assegurado. Se os demais indicadores econômicos forem favoráveis, o aumento do diferencial de juros interno em relação ao externo atrairá excesso de capitais de curto prazo, de natureza especulativa, e apreciará a moeda brasileira em relação ao dólar em termos reais. Como mostram diversos estudos econométricos, como o principal canal de transmissão da política monetária ocorre através da taxa de câmbio, as expectativas de inflação e a inflação efetiva tenderão a convergir para a meta, no médio prazo.<sup>6</sup> Entretanto, se nesse ínterim, houver algum choque econômico interno ou externo, independentemente da qualidade dos indicadores econômicos brasileiros, haverá aumento da incerteza, fuga de capitais e depreciação cambial, o que obrigará o Copom a adotar novo ciclo de aperto monetário. Em outras palavras, o fato estilizado mostra que, a rigor, em face da elevada abertura ao movimento de capitais externos, o atual regime de metas para a inflação condena o país a conviver permanentemente com juros reais elevados, taxas de câmbio instáveis e com tendência à apreciação no longo prazo.

E, como mostra a literatura teórica e empírica, somente os países desenvolvidos podem se dar ao luxo de conviver com moedas sobrevalorizadas, uma vez que estas refletem o elevado nível de produtividade relativa dos seus respectivos setores de bens comercializáveis vis-à-vis dos setores de bens não-comercializáveis (sobretudo, serviços tradicionais). Nesses países, a sobrevalorização reflete o conhecido efeito Harrod-Balassa-Samuelson. Nos países em desenvolvimento, porém, os estudos empíricos demonstram que juros reais elevados e

moeda sobrevalorizada por longo período são incompatíveis com o desenvolvimento econômico.<sup>7</sup>

Resta perguntar: o que fazer para superar a estagnação? Como em economia não existe verdade absoluta, as propostas aqui são indicativas e sujeitas a debates e ajustes. Em primeiro lugar, superar a estagnação e inserir o Brasil em trajetória exitosa de desenvolvimento dependem menos de condicionantes econômicos que políticos. É preciso, antes de tudo, vontade política e determinação para implementar planos nacionais de desenvolvimento, a exemplo do que já fez o Brasil no passado e do que continuam fazendo os países em desenvolvimento asiáticos na atualidade, notadamente China e Índia. Isso, porque, diferentemente das teses liberais, o desenvolvimento depende, a meu juízo, de articulação entre o Estado e o setor privado. Como há correntes refratárias, a principal restrição é de natureza ideológica. Como afirmo também no final de meu livro, *“no caso do Brasil, em especial, o resgate das políticas nacionais de desenvolvimento dependerá de um embate no plano das ideias. Isso só ocorrerá quando os atores da sociedade civil (trabalhadores, empresários, banqueiros, etc.) forem convencidos de que Estado e mercado não são instituições dicotômicas. Ambos podem e devem atuar, de forma relativamente coordenada, com o objetivo comum de reconstruir os cacos da nação”* (Nassif, 2023, p.439).

Não será fácil. Mas, tampouco é impossível. Um bom começo seria promover esse debate de forma franca e aberta. E, como fez Juscelino Kubitschek, abraçar o desenvolvimento como missão. Uma iniciativa nesse sentido foi feita através do lançamento do Nova Indústria Brasil (NIB), a nova política industrial brasileira, no final de janeiro de 2024. Ali foram delineadas as principais missões de longo prazo, orientadas para a reindustrialização e promoção do progresso tecnológico brasileiro, com destaque para a substituição de tecnologias com alta emissão de dióxido de carbono (CO<sup>2</sup>) por outras com baixa emissão, estímulo ao engajamento nas novas tecnologias digitais e promoção de setores com elevada capacidade para fomentar progresso técnico na economia, como o complexo industrial da saúde. Em artigo recente para a Revista Brasileira de Comércio Exterior, contribuí com algumas apreciações críticas e sugestões para o

aprimoramento do NIB. O leitor interessado pode consultar Nassif (2024), mas adianto aqui que, em linha com o principal argumento deste ensaio, os maiores empecilhos do NIB são: i) a falta de comprometimento da Presidência da República com o programa anunciado, cujas metas ficarão à mercê dos diversos Grupos de Trabalho vinculados ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), diferentemente do que fez JK, que, pela via do Conselho de Desenvolvimento, comandara diretamente a execução do Plano de Metas; e ii) a incompatibilidade entre o objetivo central da política industrial proposta – “retomar o desenvolvimento sustentável no Brasil” – e o *modus operandi* do atual tripé macroeconômico, que, por perpetuar a tendência de juros reais elevados e moeda sobrevalorizada, é refratário à ampliação da taxa de investimento como proporção do PIB (de apenas 17,8% em 2022, uma das mais baixas do mundo, segundo Faria, 2024) e, conseqüentemente, à consecução daquele objetivo.

Não há outra saída senão modificar a natureza do regime macroeconômico em curso. Resumidamente, apresento, na sequência, uma proposta de modificação de seu *modus operandi*, que em nada compromete o objetivo de manter a estabilidade monetária e fiscal.

#### *Regime de metas para a inflação (RMI):*

i) Alterar, no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN) a meta de inflação anual no Brasil, de 3% para 4%, cifra compatível com a estrutura econômica brasileira, que detém elevado grau de oligopolização e em que cerca de 30% dos preços são indexados à inflação passada (“administrados”). Além disso, uma meta anual de 4% estará alinhada com a meta perseguida por países em desenvolvimento similares, que têm exibido ritmo mais dinâmico de crescimento econômico, como a Índia e o Vietnã.

ii) submeter ao Congresso Nacional um ajuste da Lei Complementar 70/2021, que, ao conceder autonomia ao Banco Central do Brasil, estabeleceu a estabilidade de preços como único objetivo prioritário da instituição (o chamado “mandato único”) e a estabilidade financeira, a suavização das flutuações cíclicas e o fomento do pleno-emprego como objetivos acessórios. Minha proposta é que,

a exemplo da maioria dos países que adotam RMI,<sup>8</sup> o Congresso rediscuta e modifique este ponto, fixando os objetivos de estabilidade de preços e de fomento ao pleno-emprego (o chamado “mandato duplo”) como principais objetivos e os demais, como objetivos acessórios. Excetuando os países da América Latina, quase todos os países desenvolvidos e em desenvolvimento da Ásia e da Europa adotam o duplo mandato.

#### *Regime de câmbio flutuante e política cambial:*

Não há dúvida de que, em uma economia com ampla abertura ao movimento de capitais, o regime de câmbio flutuante é o mais apropriado para evitar ataques especulativos recorrentes contra a moeda nacional. O problema é que, segundo a literatura convencional, baseada no modelo Mundell-Fleming, a taxa de câmbio opera, exclusivamente, como um preço relativo suficiente para assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos, em que os déficits seriam, automática e instantaneamente, corrigidos por depreciações e os superávits, por apreciações cambiais. Essa conclusão está associada à chamada hipótese de paridade dos juros a descoberto, em que o diferencial entre as taxas de juros doméstica e externa refletiria as expectativas de depreciação da moeda nacional, acrescidas do prêmio de risco-país. Entretanto, como mostramos Nassif, Feijó e Araújo (2020), tal correlação não se confirma nos países em desenvolvimento, como o Brasil, que dispõem de moedas com baixa liquidez internacional. Outro fato estilizado sobre o Brasil ajuda a entender por que: tão logo a taxa de câmbio se estabilize na sequência de um choque cambial, como o ocorrido em 2002-2003, o aumento do diferencial de juros estimula excesso de entradas de capitais de curto prazo e retroalimenta um ciclo longo de apreciação real da moeda nacional, porque os especuladores tendem a apostar na valorização cambial em suas estratégias de *carry-trade*, o que implica que a hipótese da paridade dos juros a descoberto é recorrentemente violada. A tendência de apreciação só é revertida após novos choques econômicos, que impõem fugas de capitais e forte depreciação, com *overshooting* cambial, a exemplo do ocorrido no período após a pandemia da Covid-19.



## **Como o problema cambial no Brasil não se restringe apenas à volatilidade (...) seria conveniente que a autoridade monetária se espelhasse na experiência de câmbio flutuante administrado, presente em diversos países da Ásia nas últimas décadas."**

Esse fato estilizado é preocupante, porque, como mostram autores de diferentes afiliações teóricas, como Balassa et.al. (1982), Kaldor (1970), Rodrik (2008; 2016) e Bresser-Pereira (2020), assim como a taxa de juros real, que baliza o custo dos investimentos produtivos, a taxa de câmbio real não é um preço macroeconômico qualquer. Uma taxa de câmbio real competitiva (isto é, em que a moeda nacional permanece ligeiramente subvalorizada, e não sobrevalorizada), por induzir a realocação dos recursos produtivos do setor primário e de commodities para os subsetores manufatureiro e de serviços comercializáveis de maior sofisticação tecnológica e de maior produtividade, promove o desenvolvimento com mudança estrutural e incorporação de progresso técnico. Como esses subsetores estão sujeitos a economias de escala dinâmicas e contam com maior potencial de geração e difusão de progresso técnico, eles são promotores do crescimento e da produtividade da economia no longo prazo.

Isso me leva a sugerir que a política cambial brasileira deve ir além das intervenções esporádicas do Banco Central do Brasil, que se limita a reduzir a volatilidade nos períodos de depreciação. Como o problema cambial no Brasil não se restringe apenas à volatilidade (isto é, ligeiros desvios em relação à taxa de câmbio real de equilíbrio de longo prazo), haja vista a tendência de apreciação nos períodos de bonança, seria conveniente que a autoridade monetária se espelhasse na

experiência de câmbio flutuante administrado, presente em diversos países da Ásia nas últimas décadas. Neste regime, a autoridade monetária, sem anunciar ao mercado, persegue um nível de taxa de câmbio real considerada competitiva para o desenvolvimento econômico e, para isso, utiliza um mix de instrumentos, tais como intervenções nos mercados à vista e futuros, compra e venda de reservas e controles *ad hoc* de capitais.

Vale enfatizar que controles de capitais não são panaceia, sendo balizados, atualmente, até pelo Fundo Monetário Internacional.<sup>9</sup> Entre as diversas alternativas, a forma mais eficaz de conter excesso de entrada de capitais especulativos é através de controles quantitativos ("quarentena") de todo o fluxo, a fim de evitar mecanismos de triangulação que burlam as restrições. Uma vez que os investimentos diretos estrangeiros (IDE) não são influenciados pelo diferencial de juros de curto prazo, o mecanismo de controle de todo o fluxo ficará restrito, na prática, à contenção do excesso de entrada de capitais de natureza especulativa. E será o instrumento mais eficaz para preservar o nível competitivo da taxa de câmbio real no longo prazo.

### *Superávits primários e política fiscal*

As propostas de modificação das duas pernas do tripé macroeconômico (RMI e câmbio flutuante) são suficientes para ampliar a autonomia

e o espaço de política para que o Banco Central do Brasil reduza as taxas de juros reais no Brasil para níveis inferiores às taxas de crescimento da economia e consiga acelerar a redução da relação dívida pública bruta/PIB. Afinal de contas, a redução da taxa de juros real é uma das condições necessárias para reduzir as despesas de juros sobre o estoque da dívida do Tesouro (como proporção do PIB) e estabilizar a trajetória de crescimento da dívida pública bruta/PIB. Além disso, é forçoso reconhecer que uma política fiscal conduzida com “responsabilidade” (mas, não com “austeridade”) é perfeitamente alinhada com a visão de economistas keynesianos progressistas, desde que o arcabouço fiscal seja executado, de fato, de forma contracíclica.

Não vou me alongar com sugestões sobre o aprimoramento do novo arcabouço fiscal brasileiro, que começou a funcionar em 2023, bastando enfatizar que seu problema imediato é ter sido desenhado para alcançar, rapidamente, metas de superávits primários “ambiciosos” (déficit zero em 2024, superávit de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% do PIB em 2026), mesmo depois de o Brasil ter fechado com um déficit primário de 2,12% do PIB em 2023, devido ao pacote de gastos da transição e ao pagamento total das despesas com precatórios. Como no novo arcabouço, a expansão de gastos (inclusive investimentos públicos) está condicionada ao incremento das receitas, uma meta fiscal superavitária elevada no curto prazo acaba

por impor travas à expansão dos investimentos públicos, variável fundamental para dar impulso não apenas ao crescimento econômico, em virtude de seus efeitos multiplicadores de renda, mas também ao incremento da arrecadação e, portanto (pressupondo tudo o mais constante), à consecução de superávits primários na fase de ascensão do ciclo econômico.

E o problema de longo prazo do novo arcabouço fiscal é que impõe travas severas à expansão do investimento público, que, como proporção do PIB, figura como um dos mais pífios do mundo em desenvolvimento. De acordo com estimativas do Observatório de Política Fiscal do IBRE-FGV, em 2023, a taxa de investimento público/PIB, em todos os níveis de governo, foi de apenas 2,61% do PIB, bastante inferior à média registrada entre 1950 e 1990 (6,17% do PIB) e, mais ainda, à média da década de 1970 (8,54% do PIB).<sup>10</sup> Como dificilmente o setor privado terá apetite ao risco para efetivar o vultoso fluxo de investimentos (notadamente em infraestrutura) requerido pela transição energética e pela disseminação de tecnologias verdes, será preciso, no médio prazo, redesenhar outro arcabouço fiscal capaz de abrir brechas para a ampliação expressiva dos investimentos do setor público. Não será fácil. Serão necessárias vontade e determinação política para vencer a resistência dos opositores de sempre. Mas, não é impossível, porque “quem sabe faz a hora, não espera acontecer!”



## André Nassif

Professor do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal Fluminense (PPGE-UFF) e economista aposentado do BNDES. É autor de “Desenvolvimento e Estagnação: o Debate entre Desenvolvimentistas e Liberais Neoclássicos”, São Paulo: Editora Contracorrente, 2023, laureado com o Prêmio Brasil de Economia de 2023 (1º lugar na Categoria Livro), concedido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon).

---

## Referências Bibliográficas

- Balassa, B., and Associates (1982). *Development Strategies in Semi-industrial Economies*. Baltimore: Johns Hopkins University Press for the World Bank.
- Berg, A. and Miao, Y. (2010). "The real exchange rate and growth revisited: the Washington Consensus strikes back?" IMF Working Paper 10/58. Washington: International Monetary Fund.
- Bresser-Pereira, L.C. (2020). "New Developmentalism: development macroeconomics for middle-income countries". *Cambridge Journal of Economics*, Vol. 44: 629-646.
- Fajnzylber, F. (1983). *La Industrialización Trunca de América Latina*. México: Editorial Nueva Imagen.
- Faria, F. P. (2024). "FBCF/PIB: como estamos em relação ao mundo em taxa de investimento?". Blog do IBRE <https://blogdoibre.fgv.br/posts/fbcfpib-como-estamos-em-relacao-ao-mundo-em-taxa-de-investimento>.
- Fausto, B. (1970). *A Revolução de 1930: História e Historiografia*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Franco, G.H.B. (1998). "A inserção externa e o desenvolvimento". *Revista de Economia Política*, vol.18, no 3 (71), julho-setembro.
- Furtado, C. (1959). *Formação Econômica do Brasil*. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.
- Kaldor, N. (1970). "The case for regional policies". In: N. Kaldor. *Further Essays on Economic Theory*. London: Duckworth: 139-154, 1978.
- Lessa, C. (1981). *Quinze Anos de Política Econômica*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Modenesi, A., e Araújo, E. C. 2013. "Price stability under inflation targeting in Brazil: an empirical analysis of the monetary policy transmission mechanism based on a VAR model (2000–2008)". *Investigación Económica*, vol. LXXII, no. 283: 99–133.
- Nassif, A. (2023). *Desenvolvimento e Estagnação: o Debate entre Desenvolvimentistas e Liberais Neoclássicos*. São Paulo: Editora Contracorrente.
- Nassif, A. (2024). "Nova Indústria Brasil: uma avaliação crítica da nova política industrial brasileira". *Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)* nº 158, janeiro-março. Rio de Janeiro: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior.
- Nassif, A., Feijó, C. Araújo, E. e Leão, R. (2024). Inflation targeting and the real exchange rate trend: Theoretical discussion and empirical evidence for developed and developing countries. Artigo não publicado, *Mimeo*.
- Nassif, A., Feijó, C. e Araújo, E. (2020). "Macroeconomic policies in Brazil before and after the 2008 global financial crisis: Brazilian policy-makers still trapped in the New Macroeconomic Consensus guidelines". *Cambridge Journal of Economics*, vol. 44: 749–779.
- Ostry, J., Ghosh, A.R., Habermeier, K., Laeven, L., Chamon, M., Qureshi, M.S., Kokenyne, A. (2011). "Managing Capital Inflows: What Tools to Use?". IMF Staff Discussion Note. SDN/11/06. Washington, DC.: International Monetary Fund. April 5.
- Ostry, J.D., Ghosh, A.R. e Chamon, M. (2012). "Two Targets, Two Instruments: Monetary and Exchange Rate Policies in Emerging Market Economies". IMF Staff Discussion Note 12/01. Washington, D.C.: International Monetary Fund.
- Prebisch, R. (1949). "El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas". Santiago de Chile: Naciones Unidas-Cepal.
- Robinson, J. (1978). *Contributions to Modern Economics*. New York: Academic Press.
- Rodrik, D. (2008). "The real exchange rate and economic growth". *Brookings Papers on Economic Activity*, 2:365-412.
- Rodrik, D. 2016. Premature de-industrialization, *Journal of Economic Growth*, vol. 21, no. 1, 1–33.
- Tavares, M.C. (1962). "Auge e declínio do processo de substituições de importações no Brasil. In: M.C.Tavares. *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro. Ensaio sobre Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- <sup>1</sup> Os cálculos da renda per capita mundial são do Banco Mundial. As estimativas da renda per capita brasileira foram calculadas por Nelson Barbosa, em artigo no blog do IBRE-FGV (<https://blogdoibre.fgv.br/posts/evolucao-do-pib-capita-e-situacao-politica>).
- <sup>2</sup> Ver Furtado (1959) e Tavares (1962).
- <sup>3</sup> Ver Fausto (1970).
- <sup>4</sup> A rigor, como mostrou Tavares (1974), a substituição de importações como "modelo" de desenvolvimento brasileiro já se havia esgotado no início da década de 1960, posto que a economia já possuía um núcleo endógeno (bens de capital e bens de consumo duráveis) capaz de reproduzir autonomamente a acumulação de capital, ainda que sem grande poder de irradiação de progresso técnico para o restante do sistema.
- <sup>5</sup> Ver, por exemplo, Franco (1998).
- <sup>6</sup> Ver Modenesi e Araújo (2013) e Nassif, Feijó e Araújo (2020).
- <sup>7</sup> Ver Rodrik (2008; 2016) e Berg e Miao (2010).
- <sup>8</sup> Ver Nassif et al. (2024).
- <sup>9</sup> Ver Ostry et. al. (2011; 2012).
- <sup>10</sup> <https://observatorio-politica-fiscal.ibre.fgv.br/series-historicas/investimentos-publicos/investimentos-publicos-1947-2023>

# Desindustrialização brasileira

## *e a necessidade de uma agenda para a retomada industrial*

POR PEDRO GARRIDO DA COSTA LIMA

### 1. Introdução

Entre os diversos temas que têm ganhado destaque na discussão sobre políticas públicas no Brasil está a importância do desenvolvimento industrial. Diversos economistas apontam para características especiais dessa atividade, em particular da indústria de transformação, que a tornam muito relevante para o desenvolvimento econômico e social. O contexto mundial tem sido de intensificação de políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior por parte das principais economias globais, frequentemente utilizando-se justificativas ambientais, de transição de energética e de descarbonização.

Após o Brasil passar por período alheio às tendências globais, de 2016 a 2022, Governo Federal e Congresso Nacional, assim como o setor privado, vêm propondo e debatendo, desde este último ano, propostas para a reindustrialização brasileira ou a neoindustrialização do País. Com base nessa discussão e na disputa produtiva e tecnológica global, defende-se que o Brasil deve aproveitar o espaço existente para executar políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior em linha com a experiência internacional, para manter-se entre as economias mais industrializadas e perseguir trajetória de desenvolvimento econômico e social condizente com as necessidades nacionais.

### 2. Importância da indústria e das políticas industriais

Diversas escolas de economistas ressaltam características da indústria de transformação que tornam essa atividade fundamental para o desenvolvimento econômico e social (ver, por exemplo, Cimoli, Dosi e Stiglitz, 2015). Essa indústria tem capacidade maior de mostrar ganhos de escala estáticos e dinâmicos por causa do aprendizado, da inovação e da divisão do trabalho, gerando maiores encadeamentos produtivos. É um setor que difunde progresso técnico por meio do conhecimento incorporado em bens de capital, entre os quais as máquinas e equipamentos, bem como mitiga a restrição externa por meio das exportações industriais, que mostram maior elasticidade-renda.

A discussão recente sobre desenvolvimento também tem destacado o papel da complexidade econômica. A acumulação de conhecimento em bens e serviços, que são maiores naqueles mais complexos do ponto de vista produtivo, torna-se um indicador de sofisticação econômica que funciona como previsor de nível de renda e desenvolvimento, sendo o maior nível de complexidade encontrado nos bens industriais. Adicionalmente, outra questão sobre a indústria é que os países mais industrializados, ou mais complexos, têm melhores indicadores sociais e menor desigualdade de renda (Hartmann et al., 2017).





## **o Brasil deve aproveitar o espaço existente para executar políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior em linha com a experiência internacional, para manter-se entre as economias mais industrializadas e perseguir trajetória de desenvolvimento econômico e social condizente com as necessidades nacionais."**

A sociedade brasileira parece ter levado em conta essas características setoriais, ao promover políticas industriais no período desenvolvimentista, entre 1930 e 1980, no qual o País entrou para o grupo das economias mais industrializadas. Ainda que o Brasil tivesse diversas questões sociais a equacionar, a economia era, segundo dados da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido, na sigla em inglês), a oitava maior indústria no mundo em valor adicionado a preços constantes em 1995, mas retrocedeu para a décima sexta posição na classificação mundial em 2023.

A queda na participação mundial foi acompanhada de recuo na parcela da indústria de transformação sobre o PIB brasileiro. A participação da indústria de transformação no valor adicionado, a custo de fatores, observou máximo de 35,9% em 1985, a partir do qual exibiu declínio, com oscilações, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A série mais recente das Contas Nacionais da instituição, medida a preços básicos, registrou 13,9% para essa indústria em 2021, ao passo que as Contas Nacionais Trimestrais, diante do desempenho fraco dos outros setores, revelam certa elevação no indicador da indústria para 15,1% no 1º trimestre de 2024, no acumulado de quatro trimestres. Essa perda geral na indústria ocorre inclusive na agroindústria.

A queda na participação é acompanhada de desindustrialização na pauta exportadora recentemente e de descenso absoluto no valor adicionado da indústria *per capita* no Brasil

desde 2013, o que se associa à piora na geração de valor e renda, verificada também no recuo do PIB *per capita* em paridade do poder de compra. Apesar da piora, o setor é relevante e deve ser objeto de políticas, uma vez que a produção na indústria de transformação, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), tem efeito multiplicador de 2,7 na economia brasileira, maior do que os efeitos de 1,71 na agropecuária e de 1,52 em comércio e serviços, além de corresponder a 62,4% do investimento empresarial em pesquisa e desenvolvimento.

No contexto mundial, a intensificação das políticas industriais tem sido notada desde a crise financeira de 2008-2009, com políticas ainda mais presentes como resposta à pandemia de Covid-19 e variados motivos. Têm sido utilizados, por economias ricas e em desenvolvimento, instrumentos de compras públicas, subsídios, requisitos de conteúdo local, incentivos às exportações e barreiras a importações, a importações e ao investimento estrangeiro, justificados com base em segurança nacional, geopolítica, resiliência de cadeias produtivas, competitividade em setores estratégicos e meio ambiente. Frequentemente se alude à reconstrução sob novas bases, inclusive trazendo condicionalidades sociais, e ao ajuste às transformações tecnológicas e ambientais da digitalização ou Indústria 4.0 e da descarbonização (Evenett *et al.*, 2024; Lima e Nazareno, 2023).

Nesse contexto de crescimento do uso desses instrumentos, não se tem prestado muita atenção às restrições legais previstas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC),

mesmo em casos como a sobretaxa relativa à pegada de carbono que a União Europeia quer impor especialmente a países em desenvolvimento (no *Carbon Border Adjustment Mechanism* – CBAM) ou na elevação de tarifas de importação pelos EUA, particularmente direcionadas à China.

Cabe notar que, na corrida pela dianteira nas trajetórias tecnológicas mais promissoras em meio às atuais transformações, quem está na frente será mais beneficiado. A Unctad (2023) analisou 17 tecnologias de ponta e concluiu que perder essa onda tecnológica verde devido à falta de políticas ou de investimento nas habilidades e capacidades necessárias trará consequências negativas duradouras.

### 3. Agenda de políticas e a retomada industrial brasileira

Ainda vem tentando ser construída uma agenda de políticas para a retomada industrial brasileira. Houve mudanças com respeito à perspectiva de políticas públicas anterior, do período 2016-2022, na qual se defendiam a redução do Estado na economia, a abertura co-

mercial unilateral e a diminuição de gastos e direitos sociais, com o objetivo de deixar o desenvolvimento para as forças de mercado e as vantagens comparativas naturais brasileiras.

Algumas mudanças já eram notadas em 2022. O programa de governo vencedor naquele ano dedicava atenção para a política industrial, ao mesmo tempo em que a equipe de transição ressaltou problemas e a necessidade de soluções nesse âmbito. A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS, 2022), da Câmara dos Deputados, produziu relatório sobre políticas industriais nesse contexto de mudança. No caso do setor privado, a CNI (2022) apontava a necessidade de retomar políticas industriais.

O Governo Federal, a partir de 2023, passou a denominar de neointustrialização a perspectiva a ser perseguida (Silva e Alckmin, 2023). Foram reativados o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), este último responsável pela articulação com o setor privado e pela



Foto: Gabriel Lemes/Reprodução



**O Governo Federal, a partir de 2023, passou a denominar de neointustrialização a perspectiva a ser perseguida".**



definição de seis missões gerais para o desenvolvimento produtivo. O MDIC lançou o plano Nova Indústria Brasil (NIB) em janeiro de 2024, articulando instrumentos creditícios e de programas para as missões que foram desenhadas.

Algumas proposições de apoio ao setor industrial foram apresentadas pelo Executivo e aprovadas pelo Congresso, via Projeto de Lei (PL) ou Medida Provisória (MP), entre as quais a depreciação acelerada para investimentos em máquinas e equipamentos (PL nº 2/2024), a Letra de Crédito ao Desenvolvimento (PL nº 6.235/2023) e a redução da taxa de juros para inovação (na MP nº 1.139/2022).

Outras estavam em tramitação no início de junho, como o Programa Mover, de incentivos ao setor automotivo (MP nº 1.205/2023 e o PL nº 914/2024). Proposições de iniciativa parlamentar também estavam tramitando, incluindo incentivos ao setor de informática e semicondutores (PL nº 13/2020) e ao conteúdo local em compras públicas (PL nº 2.484/2023, PL nº 4.134/2023, PL nº 4.603/2023 e PL nº 5.638/2023), ou ainda sobre o planejamento associado a políticas industriais (PL nº 2.478/2023 e PL nº 4.133/2023)

A aprovação da reforma tributária, na Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, aumenta as expectativas de retomada industrial, ao acabar com a cumulatividade e facilitar a compensação de créditos ao longo da cadeia e a desoneração das exportações, o que

beneficia particularmente a indústria, mas ainda existem incertezas sobre as alíquotas que serão cobradas e sobre a regulamentação dessa Emenda (Lima e Piscitelli, 2023). Apesar de essa Emenda prever o fim da possibilidade de desonerações setoriais, muito utilizadas como estímulo no Brasil, pode ser usado o mecanismo criado para a Lei de Informática e o Padis, o crédito financeiro, que substitui a natureza jurídica do incentivo tributário (Santos e Lima, 2020).

#### **4. Comentários finais**

O reconhecimento da importância da indústria tem sido crescente na sociedade brasileira, mas diversos avanços ainda são necessários na formulação de políticas públicas. O País deve aproveitar o espaço existente para políticas industriais, tecnológicas e de comércio exterior, utilizando todos os instrumentos que estão em linha com a experiência internacional, além de condicionalidades adequadas, em uma revisão abrangente das políticas brasileiras para privilegiar uma agenda de desenvolvimento industrial. O cenário global e a perda industrial brasileira requerem políticas audaciosas para que o Brasil figure entre as economias mais industrializadas e persiga trajetória de desenvolvimento econômico e social condizente com as necessidades nacionais e com as transformações por que passa o mundo.

---

## Referências Bibliográficas

CDEICS. Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços. Relatório do Grupo de Trabalho Política Industrial Brasileira. Presidente: Deputado Sidney Leite. Relator: Deputado Vitor Lippi. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/cdeic/apresentacoes-e-arquivos-audiencias-e-seminarios/relatorio-gt-2022>.

CIMOLI, Mario; DOSI, Giovanni; STIGLITZ, Joseph. The rationale for industrial and innovation policy. Revista do Serviço Público, Brasília 66 (Especial), p. 55-68, 2015. CNI. Política industrial: construindo a indústria do futuro. Disponível em: [https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer\\_public/ab/34/ab34c329-c19d-465d-a261-4345c1a975d6/doc\\_1\\_-\\_politica\\_industrial\\_web.pdf](https://static.portaldaindustria.com.br/media/filer_public/ab/34/ab34c329-c19d-465d-a261-4345c1a975d6/doc_1_-_politica_industrial_web.pdf).

EVENETT, Simon; JAKUBIK, Adam; MARTÍN, Fernando; RUTA, Michele. The Return of Industrial Policy in Data. IMF Working Paper, 24, Jan 2024. HARTMANN, D.; GUEVARA, M. R.; JARA-FIGUEROA, C.; ARISTARÁN, M.; HIDALGO, C. A. Linking Economic Complexity, Institutions and Income Inequality. World Development, Vol. 93, 2017.

LIMA, Pedro Garrido da Costa; NAZARENO, Claudio. Contexto global de políticas para o pós-pandemia. In: LIMA, Pedro Garrido da Costa; NAZARENO,

Claudio. (orgs.) Retomada econômica e geração de emprego e renda no pós-pandemia. Centro de Estudos e Debates Estratégicos (CEDES). Da Vitoria e Francisco Jr. (relatores). Brasília: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: <https://livraria.camara.leg.br/retomada-economica-e-geracao-de-emprego-no-pos-pandemia>.

LIMA, Pedro Garrido da Costa; PISCITELLI, Roberto Boccacio. Reforma tributária, impactos da PEC nº 45/2019 e progressividade no sistema tributário brasileiro. Revista Economistas, Cofecon, nº 49, julho a setembro de 2023. Disponível em: <https://online.flippingbook.com/view/490188129/30/>.

SANTOS, Paula Gonçalves Ferreira; LIMA, Pedro Garrido. Novos incentivos da Lei 13.969/19 são fruto de diálogo entre atores. Conjur, 3 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jan-03/opiniao-novos-incentivos-lei-1396919-fruto-dialogo>.

SILVA, Luiz Inácio Lula da; ALCKMIN, Geraldo. Neoliberalização para o Brasil que queremos. O Estado de S. Paulo, 25/05/2023.

UNCTAD. Technology and Innovation Report 2023. Opening green windows: Technological opportunities for a low-carbon world. Geneva: United Nations, 2023.



## Pedro Garrido da Costa Lima

Economista pela UFRJ, Mestre em Economia pela UFF e Doutor em Economia pela UnB. Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Conselheiro do Conselho Regional de Economia da 11ª Região (Corecon-DF). Presidente da Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (Aslegis).



# Como superar a longa quase-estagnação brasileira?

POR ADALMIR MARQUETTI, ALESSANDRO DONADIO MIEBACH E HENRIQUE MORRONE

A enchente no Rio Grande do Sul, além das questões associadas à mudança climática, aponta para a falta de planejamento e de obras de infraestrutura básica na economia brasileira nas últimas décadas. O sistema de proteção a cheias em Porto Alegre foi concluído na década de 1970, a última em que a economia brasileira cresceu a taxas elevadas. Entre 1950 e 1980, o PIB expandiu a taxa média de 7,3% ao ano, dobrando a cada dez anos. Entre 1980 e 2023, o crescimento anual caiu para 2,2%. Para rompermos com a longa quase-estagnação é fundamental que os economistas entendam quais motivos fizeram com que o Brasil passasse de país com elevada para reduzida acumulação de capital.

Parte-se da constatação de que o Brasil possui um papel subordinado na economia capitalista mundial no que se refere às mudanças institucionais, tecnológicas, bem como na posição relativa de sua classe social dominante na burguesia mundial. Com atraso temporal, o Brasil reproduz as mudanças institucionais que ocorrem nos países líderes.

O capitalismo apresenta diferentes fases caracterizadas pela combinação entre instituições e tecnologia. Em cada fase há uma organização institucional que articula os papéis do Estado e do mercado na organização do processo produtivo; nas relações de poder e de distribuição de renda entre e intraclasses sociais; nas relações de



**Crises estruturais associadas à queda da lucratividade dão origem a mudanças institucionais e técnicas que, juntamente com disputas políticas, engendram uma nova fase. A grande depressão de 1930 foi a crise do liberalismo econômico, a crise de 1973 foi a crise da idade dourada e a crise de 2008 foi a crise do neoliberalismo."**

poder entre os países e na forma de transferência de renda para o país líder. As mudanças técnicas e a distribuição de renda afetam a taxa de lucro e os investimentos financeiros e produtivos na agricultura, indústria e serviços. A estrutura produtiva dos países é afetada pelos incentivos decorrentes da rentabilidade setorial e pela divisão internacional do trabalho. As fases são caracterizadas por diferentes taxas de lucro, de acumulação de capital e de crescimento.

Crises estruturais associadas à queda da lucratividade dão origem a mudanças institucionais e técnicas que, juntamente com disputas políticas, engendram uma nova fase. A grande depressão de 1930 foi a crise do liberalismo econômico, a crise de 1973 foi a crise da idade dourada e a crise de 2008 foi a crise do neoliberalismo. Em torno de 1980, os países centrais fizeram reformas institucionais que favoreceram o capital, principalmente o financeiro. As novas tecnologias de informação e comunicação permitiram mudanças organizacionais nas empresas e abriram possibilidades de aumentos nas produtividades do trabalho e do capital. O 'mercado' tornou-se o mecanismo fundamental de alocação de recursos, houve restauração parcial da lucratividade. O neoliberalismo é uma fase do capitalismo originada da crise da idade dourada. A globalização financeira e produtiva desvinculou

os interesses da grande burguesia dos interesses nacionais. Ocorreu a transferência da produção industrial para o Leste Asiático, em particular, a China.

Além disso, o neoliberalismo busca espaços de valorização ao converter ativos de capital em outros tipos de ativos de capital financeiro. Esse movimento resultou em inovações financeiras e bolhas especulativas que culminaram com a crise financeira de 2007-08, a crise estrutural do neoliberalismo. Impulsionada pela inadimplência nos empréstimos hipotecários subprime, a crise atingiu o sistema financeiro global, impactando negativamente o setor produtivo. A década de 2010 foi marcada por reduzidas taxas de acumulação e de crescimento nos países desenvolvidos. A Covid-19 atingiu a economia em meio à gestação de uma nova estrutura institucional e técnica que substituirá o neoliberalismo.

As mudanças institucionais que caracterizam o capitalismo após a crise estrutural do neoliberalismo de 2007-08 ainda não estão plenamente estabelecidas. Contudo, está claro o maior poder econômico e político dos países subdesenvolvidos, bem como a retomada do papel do estado na acumulação de capital e no planejamento econômico (Marquetti, Miebach, e Morrone, 2024). A disputa de hegemonia entre Estados Unidos e China explica parcialmente

a demora em estabelecer as instituições dominantes nessa nova etapa do capitalismo mundial, bem como explica a retomada do nacionalismo.

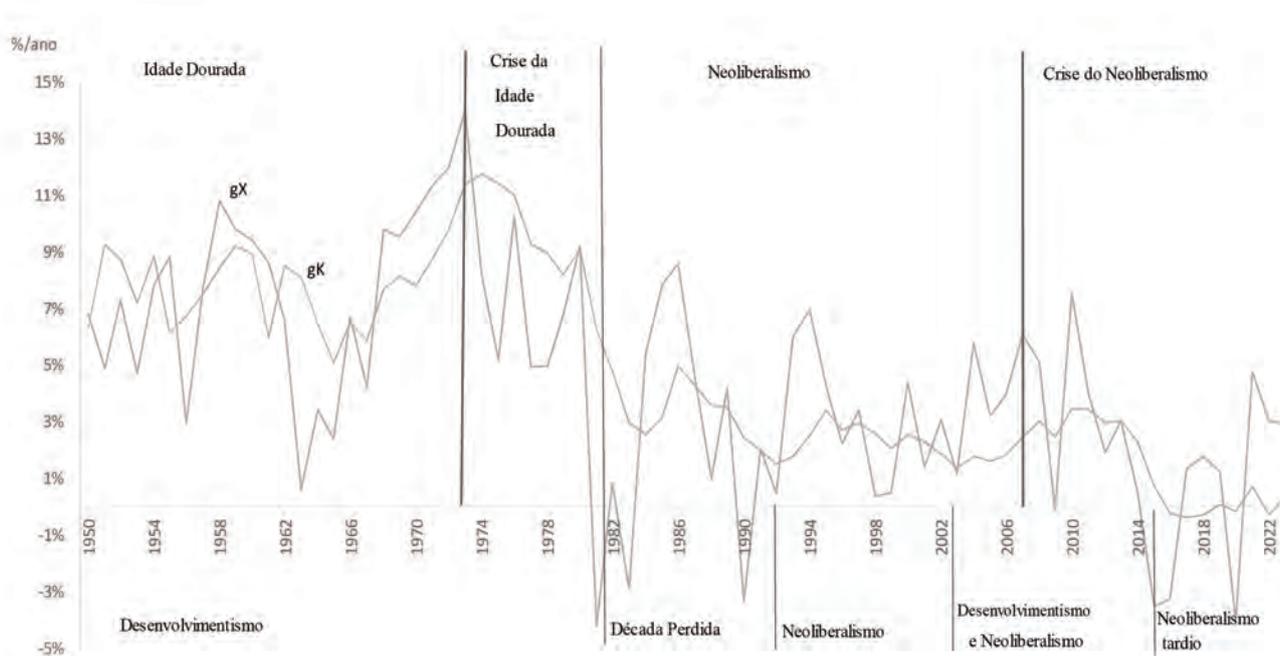
No Brasil, na idade dourada, tivemos o desenvolvimentismo na forma de industrialização por substituição de importações. A taxa de acumulação de capital declinou a partir de meados dos anos 1970, devido à queda da taxa de lucro que se intensificou com a implementação do II Plano Nacional de Desenvolvimento, a resposta do regime militar à crise da idade dourada. A elevação da taxa de juros pelo FED ocasionou a crise da dívida externa e o enorme aumento da transferência de renda para o exterior, reduzindo o investimento público e privado.

Com o fim crise da dívida, houve o aumento da capacidade de investimento do setor público. Contudo, já vigorava o neoliberalismo

no Brasil. Caberia ao estado o papel de organizar o funcionamento dos mercados e não fazer planejamento. Caberia ao mercado determinar os rumos da acumulação do capital e do desenvolvimento. Nesse contexto, o papel fundamental das empresas seria remunerar seus "stockholders" no curto prazo por meio da distribuição de lucros e dividendos, além do aumento dos preços das ações. Como consequência, as empresas reduziram seus investimentos, apesar de uma certa recuperação na rentabilidade do capital.

A Figura 1 apresenta a taxa de acumulação de capital,  $g_K$ , e a taxa de crescimento do PIB,  $g_X$ , entre 1950 e 2023, com as diferentes fases da economia brasileira e a economia mundial. A linha acima do gráfico apresenta as fases do capitalismo mundial e a linha inferior as fases da economia brasileira.

**Figura 1:**  
**A taxa de acumulação de capital e o crescimento anual do PIB no Brasil: 1950-2023**



Houve a desindustrialização da economia brasileira a partir de meados da década de 1980. O investimento do setor privado em capital produtivo, em particular, na indústria de transformação, perdeu rentabilidade, enquanto aumentou a lucratividade relativa do investimento no setor financeiro e na produção de commodities. A mudança na rentabilidade dos setores produtivos é fator importante para entender a desindustrialização.

A "década perdida" de 1980 foi caracterizada pelo baixo crescimento, a crise da dívida e a alta inflação. Do ponto de vista político, o período foi marcado pelo processo de redemocratização, pela maior organização dos trabalhadores e pelo avanço das ideias neoliberais. Um exemplo foi a

promulgação da "Constituição Cidadã" em 1988, seguida pela eleição de Fernando Collor de Mello, em 1989, com programa de governo associado ao neoliberalismo.

Com a posse de Fernando Collor, o arranjo institucional brasileiro inclinou-se em direção ao neoliberalismo, movimento que se consolidou durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), especialmente com o processo de estabilização econômica. Houve a abertura econômica, privatizações, desregulamentação e a redução na capacidade de intervenção estatal em termos de planejamento e investimento. Reduziu-se a capacidade do estado em induzir o investimento privado. Conforme Marquetti et al. (2023), nos anos 1990, a rentabilidade do capital se recuperou gradualmente devido à queda da parcela dos salários na renda.

O ciclo de governos de inspiração social-democrata liderados pelo Partido dos Trabalhadores, contando com uma conjuntura internacional favorável, promoveu a distribuição de renda, favorecendo os mais pobres. Os governos petistas não romperam com as características centrais do neoliberalismo,

especialmente aquelas associadas aos setores financeiros. O processo de reprimarização da estrutura produtiva do país persistiu, apesar da adoção de algumas políticas influenciadas pelo desenvolvimentismo.

Houve a elevação da taxa de lucro, apesar do aumento da parcela dos salários (Miebach e Marquetti, 2023), devido à expansão do nível de utilização da capacidade instalada. No entanto, a mudança nas condições internacionais após a crise do neoliberalismo em 2008 e a continuidade do aumento da parcela salarial resultaram na queda da lucratividade a partir do início da década de 2010. Esses acontecimentos, explorados por Marquetti, Hoff e Miebach (2020), estiveram na origem do golpe/impeachment da presidenta Dilma Rousseff e na implementação de uma forma tardia de neoliberalismo nos governos Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022).

Entre os objetivos do neoliberalismo tardio estavam o aumento da rentabilidade do capital e a desconstituição das conquistas sociais da Constituição de 1988, uma meta muito ambicionada pelas oligarquias brasileiras. A partir de 2016, houve queda da parcela dos salários na

“

**Para reverter essa trajetória econômica e promover maior acumulação de capital e crescimento econômico é necessária a implementação de um novo arranjo institucional que rompa com os paradigmas neoliberais.”**





## **O protagonismo estatal é fundamental para dinamizar a acumulação do capital, como mostram várias experiências históricas bem-sucedidas."**

renda, associada à precarização do mercado de trabalho decorrente da reforma trabalhista e das baixas taxas de acumulação de capital. Como contrapartida desse processo, ocorreu uma elevação significativa da taxa de lucro.

Os impactos da pandemia e da redução dos padrões de vida da população brasileira, especialmente os segmentos mais pobres atingidos pelas reformas do neoliberalismo tardio, contribuíram para a inédita derrota de um presidente em busca da reeleição. Lula venceu Bolsonaro em uma disputada apertada.

O terceiro governo Lula busca inspiração em seus primeiros mandatos, quando foi possível combinar elementos do desenvolvimentismo com o neoliberalismo. Contudo, a situação econômica e política atual difere significativamente do início dos anos 2000. Do ponto de vista econômico, há claras indicações de uma superação do neoliberalismo e da importância da atuação do Estado. Do ponto de vista político, existem claros limites para a adoção de um novo modelo de desenvolvimento. Portanto, o Brasil encontra-se em um impasse.

Observa-se que sob o neoliberalismo a economia brasileira cresceu a taxas reduzidas, o que denominamos de longa quase estagnação. O ciclo de governos petistas promoveu relevantes políticas distributivas, entretanto não conseguiu romper com a quase estagnação devido à dificuldade em desmontar o arranjo econômico e institucional herdado do neoliberalismo.

Para reverter essa trajetória econômica e promover maior acumulação de capital e crescimento econômico é necessária a implementação de um novo arranjo institucional que rompa com os paradigmas neoliberais. Isso implica, inicialmente, na retomada de um papel proativo do Estado no planejamento econômico, no investimento público e no fortalecimento das empresas estatais. O protagonismo estatal é fundamental para dinamizar a acumulação do capital, como mostram várias experiências históricas bem-sucedidas.

Reformas para aumentar a eficiência do setor público devem ser combinadas com a ampliação das capacidades estatais e o aumento da provisão de bens públicos. Além disso, é necessária a formação de um novo grupo de empresas estatais voltado para responder aos problemas urbanos e de sustentabilidade ambiental. A participação popular nas decisões do Estado e na administração das estatais é imprescindível.

Para que essas medidas sejam efetivas, devem ser articuladas no bojo de um projeto nacional de desenvolvimento que alcance consenso razoável na sociedade brasileira. O retorno de maiores taxas de crescimento ocorrerá com a superação do neoliberalismo. Somente uma mudança profunda na estrutura institucional vigente permitirá ao Brasil seguir uma nova trajetória, capaz de enfrentar os desafios do século XXI. Esse é o desafio a ser enfrentado.

---

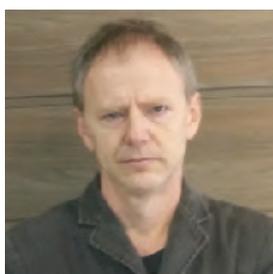
## Referências bibliográficas

Marquetti, A.; Hoff, C.; Miebach, A. (2020). Profitability and distribution: The origin of the Brazilian economic and political crisis. *Latin American Perspectives*, 47(1), pp.115-133.

Marquetti, A.; Maldonado Filho, E.; Miebach, A.; Morrone, H. (2023). Uma interpretação da economia brasileira a partir da taxa de lucro: 1950-2020. *Brazilian Journal of Political Economy*, 43, pp.309-334.

Marquetti, A.; Miebach, A.; Morrone, H. (2024). *Unequal Development and Capitalism: Catching Up and Falling Behind in the Global Economy*, Routledge: New York, 2024.

Miebach, A.; Marquetti, A. (2023). A distribuição funcional da renda no Brasil: 1947-2019. *Nova Economia*, 32, pp.585-615.



### Adalmir Antonio Marquetti

PhD em economia pela New School for Social Research (Nova Iorque, EUA). É professor titular do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da PUC-RS e pesquisador do CNPq.



### Alessandro Donadio Miebach

Doutor em Economia pela PUC-RS, é professor do Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



### Henrique Morrone

PhD em economia pela Universidade de Utah (Salt Lake City, EUA). É professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do CNPq.



# Copom Saudosista

POR ANDRÉ GALHARDO

A terceira reunião do Copom em 2024 causou significativa volatilidade no mercado financeiro. Em uma reação exagerada, os investidores já precificam uma postura mais leniente da autoridade monetária em relação a inflação sob o comando novo presidente, que assumirá em 2025. Embora existam argumentos técnicos que sustentem os votos de cada diretor, a decisão resultou em uma ampla desancoragem das expectativas de inflação e uma forte desvalorização cambial. Embora a ancoragem das expectativas em torno da meta seja um elemento relevante para a decisão de política monetária, cabe dizer que parte desta forte desancoragem pode ser atribuída ao excesso de otimismo captado pelas projeções de inflação para 2024. A associação de uma política monetária contracionista e o potencial processo de valorização cambial sustentariam uma inflação 50% menor que a média registrada ao longo dos últimos 13 anos.

Diante do aumento do clima de incerteza e da reação do mercado, os membros da diretoria colegiada do Banco Central trataram de subir o tom, indicando que devem optar por uma política monetária mais conservadora, que seria condizente com os riscos inflacionários vividos pelo Brasil em momentos muito mais críticos, como a mudança de regime cambial, em 1999, ou na transição de governo, em 2003.

Um grupo majoritário, com 5 membros do Copom, votou pela redução no ritmo de cortes da Selic, enquanto os demais diretores, votaram pela materialização do *forward guidance*, que havia sugerido, em março, um novo corte de 0,5% em maio.

Para além dos contornos políticos que a decisão fez emergir, existem argumentos técnicos que amparam ambas as decisões.

O grupo “mais conservador” certamente expediu o seu voto com base no aumento do clima de incerteza. Nos Estados Unidos, a resiliência da atividade econômica e, em especial, do mercado de trabalho, bem como a persistência inflacionária, devem impedir o FED de operar qualquer corte de juros antes da reunião de política monetária marcada para o mês de setembro. No ambiente doméstico, em que pesem os esforços do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em promover um equilíbrio fiscal, a revisão das metas para os anos subsequentes a 2024 também “exigiram” do Copom uma atitude mais austera.

O grupo que votou pela continuidade do plano de voo do Bacen também tinha argumentos sólidos para referendar a sua escolha. A taxa real de juro do país continua sendo uma das mais elevadas do mundo, o cenário prospectivo da inflação é relativamente benigno e a preservação do *guidance* da reunião de março manteria intacta a comunicação do Banco Central, ademais, uma

redução no ritmo de cortes poderia ser feita, sem grande prejuízo, na reunião marcada para o mês de junho.

A opção pela redução no ritmo de cortes da Selic agradou o mercado, mas a decisão dividida do Copom soou como um sinal de alerta para os investidores, que interpretaram os votos minoritários como o prenúncio de uma maior leniência do Copom para com a inflação. Essa reação do mercado, injustificadamente desproporcional, trouxe forte desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar. A predileção do mercado por um Copom mais austero pode ser explicada em parte pela memória inflacionária. Não aquela presente na retroalimentação dos preços, mas da história recente do país.

Entre meados dos anos 1980 e começo dos anos 1990, o país experimentou um importante processo inflacionário, que prevaleceu mesmo diante das inúmeras tentativas de estabilização levadas à cabo a partir de 28 de fevereiro de 1986, com o Plano Cruzado.

Não que existam riscos de a inflação alcançar os níveis registrados em 1993, mas as perturbações inflacionárias vistas em 2002, 2014/2015 e 2022 mantiveram vivo o receio de um novo descontrole inflacionário e de o mercado querer um Copom saudosista, pronto para colocar a Selic em níveis desproporcionais, ainda que isso fira os objetivos de suavizar as flutuações do nível de atividade e fomentar o pleno-emprego, incluído na Lei Complementar nº179 de 2021, que trata da autonomia da autarquia.

O principal argumento para o uso de uma política monetária mais restritiva neste momento, ao menos aparentemente, está na desancoragem das expectativas dentro do horizonte relevante para o BC. A mediana das projeções de inflação tem ficado persistentemente acima do centro da meta de inflação, e nas últimas semanas tem mostrado uma trajetória ascendente.

É aqui que os problemas começam.

O cumprimento da meta de inflação de 3% ao ano deve ser visto com o mesmo ceticismo que o cumprimento da meta fiscal. Longe de sugerir que o melhor caminho neste momento seria rever as metas de inflação. No meu entendimento isso traria ainda mais desancoragem das expectativas e tornaria o Copom ainda mais conservador.

No entanto, cabe lembrar aqui que desde a concepção do Real a inflação só ficou abaixo de 3% em dois anos. Em 1998 (1,66%) e em 2017 (2,95%). Além disso, o IPCA só ficou abaixo dos 4% em duas oportunidades, em 2006 (3,14%) e em 2018 (3,75%). Para não irmos muito longe, a média da inflação anual dos últimos 13 anos (2011 a 2023) foi de cerca de 6%.

Há quem diga que a inflação “nunca” foi 3% porque o Banco Central do Brasil nunca perseguiu uma meta audaciosa como essa. Portanto, a conjunção de uma meta de inflação mais audaciosa e um Banco Central praticamente livre de influências políticas teria o poder de conduzir a variação dos preços para patamares muito menores do que os que foram vistos até o momento.



**A opção pela redução no ritmo de cortes da Selic agradou o mercado, mas a decisão dividida do Copom soou como um sinal de alerta para os investidores, que interpretaram os votos minoritários como o prenúncio de uma maior leniência do Copom para com a inflação. Essa reação do mercado, injustificadamente desproporcional, trouxe forte desvalorização da moeda brasileira em relação ao dólar."**

Diante destes números, como vamos reancorar as expectativas dos agentes se historicamente percebemos uma inflação muito mais alta que os 3%? A ideia aqui não é promover um discurso transigente com a inflação. Não precisamos da sofisticação estatística para entender que o descontrole do índice de preços é extremamente nocivo, sobretudo para a população com menor poder aquisitivo, mas cabe a nós interpretarmos essa “desancoragem” e tentar depreender que tipo de mensagem ela (essa desancoragem) nos transmite.

Essa projeção de inflação acima do centro de meta é fruto de incertezas macroeconômicas e problemas fiscais ou é apenas o mercado tentando ser mais aderente à realidade brasileira?

No começo do ano eu escrevi um artigo denominado “IPCA quântico”. O texto fazia alusão ao movimento dos elétrons em torno do núcleo de um átomo e à nossa incapacidade de antever com precisão o movimento deste elétron (ignorância quântica).

Naquele momento interpretei a mediana das projeções como extremamente otimista, como se o mercado estivesse vendado, “tateando” o lugar em que o IPCA provavelmente estaria no final do ano.

Essa desancoragem, portanto, não representa a volta à realidade? Eu compreendo e considero boa parte dos argumentos que sustentam a hipótese de o IPCA encerrar o ano de 2024 com variação próxima dos 3%. No entanto, neste momento, pesam com mais intensidade os

fatores que poderiam tornar a variação de preços mais próxima dos 4%.

Nossos gargalos produtivos, a concentração de mercado, a tentativa de recompor o “lucro perdido” depois de uma longa espera durante a pandemia, tudo isso nos leva a considerar uma inflação, por ora, bastante acima da mediana do mercado, mas ainda assim dentro do intervalo de tolerância previsto para este ano (1,50% ~ 4,50%). A tal desancoragem, turbinada pelo otimismo no começo do ano, torna o Copom excessivamente conservador, sugerindo que o controle inflacionário passe obrigatoriamente por uma política monetária excessivamente restritiva.

A política monetária torna-se excessivamente restritiva porque a disfunção burocrática, a insegurança jurídica e os gargalos produtivos tornam os planos de negócios um tanto quanto irrealistas. Neste sentido, ainda que o retorno dos ativos produtivos seja maior que o dos ativos financeiros, se a diferença entre eles não for significativa, os investidores podem contrariar os manuais de macroeconomia e optar pelo segundo grupo de ativos, mesmo que isso represente retornos mais baixos.

Em outras palavras, essas condições (estruturais) e a própria exposição a volatilidades excessivas no curto prazo exigiriam do Copom uma política monetária bem menos austera para diminuir o ímpeto da demanda agregada, sem pôr em risco o objetivo de controlar o aumento da inflação.



## André Galhardo

Economista-chefe da Análise Econômica, coordenador e professor universitário nos cursos de Ciências Econômicas, Administração e Relações Internacionais. Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Autor do livro "O Salto do Sapo: a difícil corrida brasileira rumo ao desenvolvimento econômico", segundo lugar no Prêmio Brasil de Economia 2021.

Às sextas-feiras chegará para você a **Newsletter Economistas**, que traz o resumo da semana com destaque para as principais notícias do Sistema Cofecon/Corecons, além do **podcast semanal** com temas do dia a dia da economia.



**Assine agora!**

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



NOVA TEMPORADA



Episódio #116

## Do Real ao Real

Em parceria com o IE-Unicamp, o terceiro episódio da série Memórias e Futuro da Economia Brasileira aborda os padrões monetários utilizados no País

**Ouçá agora!**  
Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



memórias e futuro da  
economia brasileira.

**ie** Instituto de  
economia

# *À mestra, com carinho*

*Maria da Conceição Tavares, uma das mais notáveis economistas do País, faleceu aos 94 anos e deixa como legado um pensamento original e diversos alunos em posições de destaque no cenário econômico nacional*

---

**POR MANOEL CASTANHO,**  
*jornalista da Coordenação de Comunicação*



No dia 08 de junho de 2024 o Brasil perdeu uma de suas principais pensadoras econômicas. Maria da Conceição Tavares, professora de diversas instituições, mas com trajetória mais longa na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), faleceu em Nova Friburgo (RJ), de causas não reveladas, aos 94 anos de idade.

Como reconhecimento à sua carreira e contribuição para a ciência econômica e para a profissão, em 2010 Maria da Conceição Tavares tornou-se a primeira mulher a ser agraciada com o prêmio Personalidade Econômica do Ano, honraria concedida pelo Cofecon desde 2004.

“Sem dúvida, as contribuições de Maria da Conceição Tavares serão lembradas com admiração por gerações de economistas. Seus

estudos e trabalhos constituem um enorme legado, inspirando e orientando a elaboração e implementação de novas políticas para a redução das desigualdades em nosso país”, expressou o presidente do Cofecon, Paulo Dantas da Costa, em nota divulgada pela autarquia.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, também divulgou uma nota na qual destacou a trajetória da economista: “Nascida em Portugal, adotou o Brasil e o nosso povo com o seu coração e paixão pelo debate público e pelas causas populares. Foi uma economista que nunca esqueceu a política e a defesa de um desenvolvimento econômico com justiça social”, expressou o presidente. “Até hoje suas aulas são consultadas pelos jovens em vídeos na internet, pela sua fala franca e direta”.

Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil



**Sem dúvida, as contribuições de Maria da Conceição Tavares serão lembradas com admiração por gerações de economistas.**

**Seus estudos e trabalhos constituem um enorme legado, inspirando e orientando a elaboração e implementação de novas políticas para a redução das desigualdades em nosso país.”**

**Paulo Dantas da Costa**  
– *Presidente do Cofecon*

## Chegada ao Brasil

Maria da Conceição Tavares nasceu em Anadia, Portugal. Cresceu em Lisboa, onde graduou-se em matemática em 1953. No ano seguinte, fugindo da ditadura de António Salazar, mudou-se para o Brasil. Seus pais já haviam emigrado em 1951. “Quando saí de Portugal, os problemas eram democracia, humanismo, terror. Já no Brasil eram injustiça social, o atraso e a presença do imperialismo”, afirmou Conceição [1].

No Brasil, ela trabalhou no Instituto Nacional de Imigração e Colonização (atual INCRA) e, posteriormente, no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em 1957, adotou a nacionalidade brasileira. “Sou brasileira desde o Juscelino Kubitschek, onde contribuí para o Plano de Metas”, contou a economista em palestra realizada no Senado em 2010. “Virei brasileira achando que iria viver uma democracia nos trópicos, e tome 21 anos de ditadura, tome concentração de renda, tome milagre econômico”.

Também em 1957 matriculou-se no curso de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil (atual UFRJ), onde foi aluna de Octavio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos – e graduou-se com destaque em 1960, recebendo o Prêmio Visconde de Cairu.

“O Octavio Gouvêa de Bulhões era democrata, ele me deixava dizer o que eu quisesse”, afirmou Conceição em depoimento ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) [2]. “O Roberto Campos é que tinha a mania de me chatear nas aulas por causa da inflação. Mas acabou que me deu 10. Ele prezava muito a inteligência analítica”.



**Quando saí de Portugal, os problemas eram democracia, humanismo, terror.**

**Já no Brasil eram injustiça social, o atraso e a presença do imperialismo.”**

## Influências da Cepal

Em 1961 iniciou sua carreira docente como professora auxiliar na Universidade do Brasil e foi contratada para atuar no escritório brasileiro da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), órgão das Nações Unidas criado para incentivar a cooperação econômica entre seus membros. Na Cepal, Conceição teve a oportunidade de conviver com intelectuais como Celso Furtado, Caio Prado Júnior e Ignácio Rangel, que exerceram grande influência sobre ela. Foi este último quem chamou a atenção da economista para assuntos relacionados ao capital financeiro.

“Conceição, Antonio Barros de Castro e Carlos Lessa trabalharam juntos no Centro de Desenvolvimento Econômico Cepal-BNDES, chefiado pelo Aníbal Pinto. Era o início da vida intelectual do trio”, conta a economista Lavínia Barros de Castro, filha de Antonio. “Havia um programa de capacitação de técnicos que percorria o Brasil inteiro. Junto com o Celso Furtado, este grupo criou uma legião de formuladores de políticas de desenvolvimento”.

Em 1968 Conceição foi transferida para a sede da Cepal, em Santiago, onde também trabalhou como assessora econômica do ministro da Economia, no governo de Salvador Allende. Ela levou Castro para o Chile e ambos contribuíram para a formação de vários professores que, mais tarde, voltariam para o Brasil e formariam o grupo da Unicamp.

Após a morte de Celso Furtado em 2004, foi criado o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e Conceição fez parte da primeira diretoria da instituição, assumindo o cargo de presidente acadêmica, no qual permaneceu até a metade de 2007.

## Atividade docente

Conceição atuou como docente em diversas instituições no Brasil, Chile, México e França, tendo permanecido mais tempo na UFRJ e na Unicamp – nesta última, ainda recém-fundada, assumiu a coordenação da pós-graduação em Economia em 1972 e 1974.

Em ambas as instituições, a economista formou e influenciou vários economistas e líderes políticos – entre eles, Luciano Coutinho (ex-presidente do BNDES), Luiz Gonzaga Belluzzo (professor da Unicamp), Aloísio Teixeira (ex-reitor da UFRJ) e Pedro Malan (ex-ministro da Fazenda). Dois de seus ex-alunos disputaram o segundo turno da eleição presidencial de 2010 no Brasil: Dilma Rousseff e José Serra. Ambos, quando ainda eram pré-candidatos, chegaram a posar juntos para uma foto com a professora por ocasião do aniversário de 80 anos desta.

“Uma das mais importantes e influentes intelectuais de nosso tempo, Maria da Conceição amou profundamente o Brasil e o povo brasileiro,

tendo sido uma das grandes pensadoras sobre o destino do país”, expressou Dilma Rousseff em publicação nas redes sociais. “Minha amiga e professora era uma mulher brilhante e profundamente comprometida com a soberania nacional”.

Lavínia Barros de Castro não foi aluna de Conceição, mas lembra um episódio específico durante uma palestra magna. “Fiz uma pergunta e ela, aos berros, dizia que eu era muito corajosa. Fiquei sem saber se ela estava brigando ou concordando comigo”, contou a economista. “Conceição era uma potência ambulante, que rompia os ciclos de perpetuação das ideias banais. Pensadora original, brilhante, que entendia o caminho do desenvolvimento como uma luta cotidiana. Entre as economistas brasileiras jamais existiu alguém como ela. Seu amor pelo Brasil, imbuído de reflexão, era, antes de tudo, voltado para a ação”.

"Ela conseguia aliar de modo exemplar o rigor científico e metodológico à práxis. Era uma teórica com construções próprias, com contribuição relevante à ciência econômica e uma formuladora de soluções concretas e efetivas de política econômica", expressa o economista Róridan Duarte. "Não compreendia a economia como um ente isolado, e sim como integrante de um conjunto que, com a política e o social, podem transformar a realidade, produzir desenvolvimento, mudar vidas e destinos. Combinava a observação da realidade com o trabalho analítico. São de sua autoria parte relevante das principais análises sobre o funcionamento das economias capitalistas contemporâneas, como interação centro e periferia, como se reproduzem riqueza e pobreza, desenvolvimento e desigualdade. Foi essencial na formação de uma geração de profissionais com senso crítico e capacidade de intervenção na realidade econômica e social".

"Ela foi considerada pela publicação britânica 'A Biographical Dictionary of Dissenting Economists' uma das quatro mulheres selecionadas entre os cem mais importantes economistas heterodoxos do século XX, e a única da América Latina", comenta a conselheira federal Ana Cláudia Arruda. "Ela foi uma árdua defensora da autêntica economia política e construiu uma trajetória de muitos saberes e de grande influência em todos os meios. Sua trajetória acadêmica e política foi longa e brilhante e de grande referência para todas as mulheres economistas. Muitas de nós, professoras de economia, a temos como inspiração".

O conselheiro federal Antonio Corrêa de Lacerda recorda a atuação de Conceição nas entidades de economistas. "Ela teve importante papel no Movimento de Renovação dos Economistas, especialmente nas décadas de 1970 e 1980. Economistas democratas e progressistas se reuniram em um movimento de renovação das entidades dos economistas e na luta pela redemocratização e restauração do estado de direito, que viria a se consolidar com as eleições indiretas em 1985 e a Assembleia Nacional Constituinte em 1988".

Conceição também deu uma contribuição importante à formação de economistas que não foram seus alunos. Em 1966, junto a outros economistas como Delfim Netto, João Paulo dos Reis Velloso, Julian Chacel, Mario Henrique Simonsen e Flávio Versiani, participou do debate conhecido como seminário de Itaipava. Neste encontro foram lançadas as bases do que viriam a ser os primeiros programas de pós-graduação em economia no Brasil.



**Muitas de nós,  
professoras  
de economia,  
a temos como  
inspiração."**

**Ana Cláudia Arruda**  
– *Conselheira Federal*



## Deputada Federal

Em 1994 elegeu-se deputada federal pelo Partido dos Trabalhadores. Na Câmara, atuou na Comissão de Finanças e Tributação. “Confesso que não tive o menor sucesso, nem eu nem ninguém”, afirmou, com sua habitual ironia, em sessão no Senado realizada em 2010. “Não se conseguiu votar nem a reforma tributária, nem a reforma financeira. Não conseguimos passar algo pequeno que era de autoria do Fernando Henrique Cardoso quando foi senador, que era um imposto mínimo sobre as grandes fortunas”.

A economista foi relatora deste projeto. “Levamos um tempão trabalhando nele, refazendo, fui à Receita Federal, conversei com muita gente”, contou. “Até o Delfim assinou e obrigou parte da bancada da direita a assinar, dizendo: assine, ela já trabalhou tanto nisso, honre o esforço dela. Você sabe muito bem que depois este projeto não passa”.



Foto: Bel Pedrosa - 19/04/1994/Folhapress

## Principais obras

- Da substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro (1972).
  - Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil (1975), tese de livre-docência, UFRJ.
- Ciclo e Crise. O movimento recente da economia brasileira (1979), tese de Professor Titular, UFRJ.
- A economia política da crise (1982), organizadora.
- O grande salto para o caos (1985), com José Carlos de Assis.
- Aquarela Collorida. A Política Econômica do Governo Collor (1991), organizadora.
  - Japão. Um caso exemplar de capitalismo organizado (1991), com Ernani Torres Filho e Leonardo Burlamaqui.
  - Ajuste Global e Modernização Conservadora (1993), com José Luis Fiori.
  - Lições contemporâneas de uma economista popular (1994).
- Poder e Dinheiro (1997), organizadora, com José Luis Fiori.
- Visões da Crise (1998), com vários outros autores.
  - Destruição Não Criadora. *Memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada* (1999).
- Celso Furtado e o Brasil (2000), organizadora.

## Mensagem aos jovens economistas

Em 2010, em entrevista concedida à TV Senado, Maria da Conceição Tavares deixou uma mensagem para os jovens economistas. “A economia é uma ciência social. É economia política. Era assim que se chamava no tempo de Adam Smith, David Ricardo e outros, e é preciso voltar a esta ideia”, apontou. “E o economista precisa aprender história. Se não aprender, não é capaz de voltar”.

“Segundo ponto: não é apenas economia política. Não vale a pena ser economista se você não achar que tem que dar alguma contribuição com a sua profissão, esforço, dignidade e talento para o desenvolvimento deste país”, continuou Conceição. “E se você não se preocupar com o povo brasileiro, é melhor fazer outra coisa. Para que ser economista? A economia trata de problemas sociais e políticos. É um instrumento para melhorar socialmente e politicamente uma nação. Para integrá-la, para torná-la finalmente o sonho do (Celso) Furtado. Nosso sonho evidentemente é ter um país mais homogêneo, mais justo, mais igualitário”.



Foto: Reuters Photographer

## Referências Bibliográficas

[1] Melo, Hildete Pereira de e Rodrigues, Ligia Maria Coelho de Souza. Pioneiras da Ciência no Brasil. Rio de Janeiro: SBPC, 2006.

[2] Tavares, Maria da Conceição. Desenvolvimento e Igualdade. IPEA. Rio de Janeiro, 2010.

# Obrigado, professora!

**Por Carlos Pinkusfeld Bastos**

Presidente do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento e professor do IE/UFRJ

*Eu era um aluno da Escola de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro e aspirante a músico. Gostava muito de política, também, como a maioria dos jovens no início dos anos 1980 na efervescência do processo de redemocratização. Não entendia muito bem quando os políticos atacavam, com grande imprecisão, o tal “modelo econômico brasileiro”. Para mim, fez-se a luz quando comecei a ver as palestras da professora Conceição Tavares. Ou melhor, fez-se o brilho, o riso, a provocação e a ânsia por aprender mais. Para mim, ao ver suas palestras, ficou claro que era aquilo que eu queria estudar o resto da vida. E de preferência com aquela professora. Dito e feito: entrei no Instituto de Economia da URFJ e além das aulas e palestras, acabei ganhando minha orientadora de mestrado e uma amiga.*

*Suas aulas eram um mini-show, o tempo voava. No começo, se fossem pela manhã, então, a expectativa era a pior possível. Afinal, ela normalmente chegava resmungando com sua voz grave: “estou péssima”. Não sem razão! Crise dos anos 1980, ascensão do neoliberalismo... Mas a “promessa” era inteiramente falsa. Minutos depois estava lá a professora, gesticulando muito, gritando, fumando desesperadamente, andando de um lado para o outro na sala... Ensinando seus queridos Kalecki, Keynes, Marx e Schumpeter, misturados com referências ao filme que tinha visto na véspera do David Byrne e que pra ela, com razão, retratavam as transformações do capitalismo norte-americano pós-anos 1980. Era muita coisa junta e misturada, tudo muito divertido; mas, mais importante: fazia todo sentido. Abria a nossa cabeça para a importante ligação entre teoria e mundo real e como essas conexões podem, e devem, ser captadas com a observação atenta das diversas formas de expressões culturais. Ter sempre um olho de economista estruturalista na vida. A honra de ser orientado pela professora foi recheada de broncas homéricas, lições inestimáveis e descobertas curiosas: como sua paixão por ficção científica. Mesmo a ruim. Num domingo que tínhamos marcado para discutir a dissertação, tive que assistir a boa parte do terceiro filme da série original do Planeta dos Macacos, sessão regada à sua inseparável Coca Cola. Acho que fazia parte do processo educacional, ainda que ela, volta e meia, reconhecesse: “Eu sei que esse filme é muito ruim!!”. Nos nossos anos de convivência, pude atestar a dimensão da sua voracidade pela leitura em geral e por ficção científica em especial. Mas não se deixem enganar pelas aparências. Mesmo a ficção científica não era apenas um espaço lúdico para descanso de uma mente brilhante. Lembro-me do seu entusiasmo em discutir Blade Runner, e como antevia um futuro distópico como consequência das contradições do capitalismo e da realidade dos anos 1980. Mais uma vez, a partir de um filme de imenso sucesso popular, encontrava espaço para dar mais uma “aula”, seguindo sua permanente orientação de partir da análise das contradições sociais e da evolução das condições materiais como forma de entendimento dos processos históricos concretos: “Como ensinou o velho barbas” [sic].*

*Além de famosa e querida no Brasil, Conceição também era admirada fora daqui. Durante uma aula no doutorado, a também grande e querida professora Alice Amsden ficou radiante ao saber que eu havia sido orientado pela Conceição. Contou alguns “causos”, típicos da mestra, e completou: “She is crazy. I love her. Send my warmest regards when you see her”.*

*Quando visitei o Brasil, numas férias de verão, transmiti o abraço da professora Amsden e falei, com leve arrogância: “Poxa Conceição, tem umas coisas que a gente está estudando no curso de doutorado que eu já vi no mestrado”. Ela deu um tapinha no meu ombro e falou com certo enfado: “Claro ué, você teve mestre”.*

*Tive mesmo. Obrigado, professora.*

Texto publicado originalmente no jornal da AdUFRJ, em 2020





# A economia política do regime militar:

*ajuste, crescimento e crise*

---

POR IVAN COLANGELO SALOMÃO

O golpe militar de 1964 inaugurou não apenas uma nova era da política brasileira, como também patrocinou mudanças importantes na gestão da política econômica. A centralização do poder permitiu que o governo discricionário levasse a cabo uma série de medidas impopulares durante os primeiros três anos do regime, as quais ensejaram o vigoroso crescimento do PIB observado a partir do final dos anos 1960.

A estagflação observada naquele momento impunha a superação conjunta de dois problemas de difícil coadunação no curto prazo: combater a inflação de forma concomitante à adoção de políticas de crescimento. A equipe econômica liderada por Octavio Gouvêa de Bulhões e Roberto Campos patrocinou um ajuste de caráter híbrido – com medidas ortodoxas e heterodoxas, mas não exatamente contracionista –, além de duas reformas institucionais: a tributária e a financeira.

## **O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)**

No que concerne à inflação, o diagnóstico apontava para o excesso de demanda causado pela monetização dos déficits públicos, pela expansão do crédito e, principalmente, pelo aumento real dos salários, os quais seriam os únicos preços não defasados àquele momento. A estabilização monetária do PAEG pretendia-se gradualista, de modo que se almejava alcançar crescimento médio de 7% ao ano até o final do mandato de Castelo Branco.

Prevendo reduzir a inflação de 70% para 10% em 1966, adotou-se uma estratégia de contenção do salário real, cujo reajuste passou a ser calculado pela média (e não mais pelo pico). Do ponto de vista fiscal, estipularam-se metas para o aumento da receita e a contenção de despesas. Quanto à política monetária, previa-se atingir taxas decrescentes dos meios de pagamento e um forte controle de crédito ao setor privado.

Concomitantemente, o governo promoveu duas importantes reformas estruturais. A reformulação do sistema financeiro inaugurou uma nova estratégia de lidar com a inflação ao instituir a correção monetária. Buscava-se uma convivência harmoniosa com a inflação, o que, por sua vez, acabava por penalizar os setores incapazes de reajustar seus preços com base na inflação passada, notadamente, os trabalhadores pouco organizados do ponto de vista político e sindical.

Além disso, procurou-se dotar o sistema financeiro brasileiro de mecanismos de financiamento de longo prazo que alicerçassem o processo de industrialização em curso. Para tanto, reestruturou-se seu arcabouço institucional,

delegando as incumbências de autoridade monetária ao recém-criado Banco Central e ao Conselho Monetário Nacional. Tratou-se, ainda, de oferecer benefícios ao capital estrangeiro ao se facilitar a captação no mercado financeiro internacional, bem como o envio de lucros ao exterior. Por fim, criou-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), uma poupança forçada destinada ao financiamento de obras sociais e de infraestrutura, e que poderia ser resgatada em determinadas situações de interesse do trabalhador.

Já a reforma tributária respondeu pela faceta recessiva da gestão, uma vez que elevou a arrecadação ao mesmo tempo em que a centralizava no governo federal. Dentre as suas principais medidas, destacam-se: (1) redefinição do espaço tributário entre as diversas esferas do governo; (2) instituição da arrecadação de impostos através da rede bancária; (3) transformação de impostos em cascata em impostos sobre valor adicionado, tais como ISS, ICM e IPI, além de fundos parafiscais, como o FGTS e o PIS; e (4) ampliação da base de incidência do IRPF.



**A reformulação do sistema financeiro inaugurou uma nova estratégia de lidar com a inflação ao instituir a correção monetária. Buscava-se uma convivência harmoniosa com a inflação, o que, por sua vez, acabava por penalizar os setores incapazes de reajustar seus preços com base na inflação passada, notadamente, os trabalhadores pouco organizados do ponto de vista político e sindical."**

## O “milagre” econômico (1968-1973)

A partir da nomeação de Antonio Delfim Netto para o Ministério da Fazenda, em 1967, promoveram-se mudanças expressivas na condução da política econômica. Em primeiro lugar, identificou-se na pressão inflacionária um caráter de custo. Diante da capacidade ociosa herdada do período anterior, aquele diagnóstico permitiu ao governo imprimir um caráter expansionista nas políticas fiscal e, principalmente, monetária, passando a estimular a demanda agregada através de todos os seus componentes: consumo privado, investimentos, dispêndios públicos e exportações.

O chamado “milagre econômico”, período em que o país cresceu, em média, aproximadamente 11% a.a., veio a reboque da consolidação da infraestrutura, do aumento das transações comerciais com o exterior e da ampliação do mercado interno, principalmente de bens de consumo durável. Tal resultado foi diretamente influenciado pela intervenção do Estado. Em primeiro lugar, o combate à inflação foi operacionalizado pelo controle direto do governo

sobre os principais preços macroeconômicos: câmbio, juros, salários e tarifas. Além disso, as empresas estatais estiveram diretamente relacionadas ao impulso no investimento observado no período: mais de 50% da formação bruta de capital fixo realizada naquele momento esteve a cargo das empresas controladas pelo governo.

Do ponto de vista da industrialização, o governo intensificou a substituição de importações, com destaque para os setores de bens de consumo duráveis e de capital, fortemente apoiada no fluxo de investimento estrangeiro direto (IED). Com efeito, a conjuntura externa beneficiou o aprofundamento do PSI, de modo que a maciça captação de recursos no sistema financeiro internacional contribuiu para o sucesso dos desígnios do governo. Mas além de financiar o estabelecimento de novas plantas industriais – nacionais e estrangeiras –, o crescimento do comércio internacional que se fazia observar desde a década anterior contribuiu para um aumento de 330% nas exportações.

Não se deve deixar de apontar, contudo, o lado negativo do período: a sabida concentração de renda observada esteve diretamente associada à



política de arrocho salarial. Ao impedir o reajuste real dos salários, o governo limitou a expansão do poder de compra das classes mais baixas justamente para favorecer a geração de poupança que fizesse frente às necessidades de financiar os investimentos.

## **O II PND e a opção nacional-desenvolvimentista (1975-1979)**

O crescimento acelerado do milagre implicou um expressivo aumento da dependência externa do país. A ampliação da capacidade produtiva resultou em demanda por insumos e bens de capital, subordinando o crescimento da economia à sua capacidade de importação. O primeiro choque do petróleo (1973) resultou em aumento da taxa de juros nos países industrializados já em 1974. A consequente contração das exportações brasileiras impediu a geração suficiente de divisas para que se mantivessem os níveis de importação de insumos.

Tal cenário de restrição foi aliviado pela entrada dos chamados “petrodólares” no mercado financeiro internacional e pela percepção de que o Brasil representava um devedor confiável por parte dos agentes intermediários. Nesse contexto, o novo governo brasileiro se deparava com duas alternativas para materializar o ajuste externo: (1) atrelar o crescimento do PIB às condições do mercado internacional, o que permitiria à economia um crescimento somente quando liderado pelas exportações; ou (2) desvincular a economia brasileira do cenário externo ao se investir na ampliação da capacidade de produção doméstica de energia e de bens de capital. Se a primeira opção apresentava caráter potencialmente recessivo, pressupondo a provisoriedade da crise: tratar-se-ia de vicissitude temporal e não repetitiva. A segunda apostava em uma ousada estratégia de adaptação estrutural baseada na endogenização da oferta de insumos industriais e no aumento das exportações. Ambas estariam sujeitas, no entanto, ao aval do mercado financeiro internacional (Hermann, 2011).

Apesar das divergências entre diferentes alas do governo, fatores extra-econômicos justificaram a opção pelo ajuste estrutural. Além da forte demanda empresarial pela continuidade do crescimento econômico, a credibilidade econômica requerida por um governo que se arvorara pelo delicado

processo de abertura política muito contribuiu para esta decisão. Conforme destaca Sallum Junior (1996), uma resposta ortodoxa à crise conduziria a restrições econômicas imediatas, acirraria os conflitos distributivos e reduziria muito as possibilidades de o governo promover com sucesso a distensão política em que se empenhara.

Assim, a alternativa adotada foi concretizada pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), um audacioso pacote de investimentos públicos e privados direcionados a setores identificados como “pontos de estrangulamento”, tais como: exportação, infraestrutura, bens de capital e insumos básicos, com destaque para metalurgia e petroquímica.

O financiamento das obras, principal motivo de polêmica entre seus críticos, contou com a ampla disponibilidade de crédito no mercado financeiro internacional. Para Carneiro (2014, p. 244), as autoridades brasileiras não demonstravam conhecimento das novas restrições impostas pelo primeiro choque do petróleo. Caso o tivessem feito, “certamente a imagem da ilha de prosperidade, que só cairia no ridículo com a brusca desaceleração das exportações em 1975, não constituiria [...] o deleite da oposição ao regime.”

Para os entusiastas do modelo adotado, as implicações negativas do programa deveriam ser mitigadas se comparadas a seus dividendos positivos. Sem negar a escalada da dívida externa desencadeada pelo plano, Castro (1985) argumenta que, diante da crise que se avistava, de nada adiantaria contrair ou desaquecer a economia deixando a estrutura produtiva intactamente vulnerável. Para este autor, a “opção de 74” não consistia em adiar problemas e postergar soluções; sua negativa, sim, é que o faria. Já para Lessa (1978), a racionalidade política permeou a opção adotada pelo governo Geisel. Ao afirmar que “o II PND faz da crise do petróleo a justificativa para a proclamação serena e não traumática do projeto de potência nascida no interior do aparelho do Estado”, o autor delega a estratégia adotada a motivos alheios à necessidade de internalização da estrutura produtiva de insumos básicos e de bens de capital.

Por outro lado, Moura (1990) considera que a opção adotada a partir de 1974 representou retrocesso irreparável para o processo de ajustamento externo da economia. Na sua visão,

“a política implementada pelo governo brasileiro ampliou em boa medida o desequilíbrio da economia, acentuando sua notória vulnerabilidade externa.” Indo além, o autor argumenta que o plano teria “simplesmente transferido para o futuro o momento de enfrentar os encargos crescentes das obrigações internacionais.” (Moura, 1990, p. 41).

Ainda assim, os resultados positivos do ajuste externo adotado pelo governo Geisel podem ser sumarizados em três diferentes aspectos: o avanço do processo de substituição de importações, a redução da dependência externa em relação ao petróleo e o aumento na diversificação das exportações de bens manufaturados. No curto prazo, a elevada taxa média de crescimento atingida entre 1974 e 1979 (aproximadamente

7% a.a.), garantida em grande parte pelo plano estatal, corroborou as expectativas não-recessivas do governo.

Já os desdobramentos negativos do plano de investimentos constituem um dos raros consensos entre os analistas. Com efeito, o II PND contribuiu em larga escala para a deterioração da situação das contas externas, situação que esteve na base do agravamento dos conflitos distributivos e da aceleração inflacionária dos anos 1980. Se o plano legou uma planta industrial maior, mais completa e mais complexa ao país, a ousadia do governo brasileiro também respondeu pela severa crise do balanço de pagamentos que acometeu o Brasil e, em alguma medida, respondeu pelas causas que viriam a macular a chamada “década perdida”.

---

## Referências Bibliográficas

CARNEIRO, Dionísio D. Crise e esperança. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). A ordem do progresso. Dois séculos de política econômica no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

CASTRO, Antonio B. de. Ajustamento x transformação. A economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, Antonio B. de; SOUZA, Francisco P. A economia brasileira em marcha forçada. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

HERMANN, Jennifer. Reformas, Endividamento Externo e o “Milagre” Econômico (1964-1973). In: GIAMBIAGI, Fabio et al. (Orgs.). Economia Brasileira Contemporânea. Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

LESSA, Carlos T. M. R. de. A estratégia de desenvolvimento 1974-1976 – sonho e fracasso. 1978. Tese (Doutorado em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOURA, Alkimar R. Rumo à entropia: a política econômica, de Geisel a Collor. In: LAMOUNIER, Bolívar et al. (Orgs.). De Geisel a Collor: o balanço da transição. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

SALLUM JUNIOR, Brasília. Labirintos: dos generais à Nova República. São Paulo: Hucitec, 1996.



## Ivan Colangelo Salomão

Professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo e dos Programas de Pós-Graduação em Economia e em História Econômica da USP. Editor-chefe dos periódicos Análise Econômica (UFRGS), Revista de Economia (UFPR) e História Econômica & História de Empresas (ABPHE). Colunista do Jornal GGN.

# Reprimarização e financeirização: *o Brasil e a cadeia da soja no boom das commodities dos anos 2000*

POR HERICK VAZQUEZ SOARES



Foto: Wendereson Araújo/CNA

O processo de industrialização por substituição de importações ocorrido entre as décadas de 1930 e 1970 transformou o Brasil em um país com um parque industrial amplo, diversificado. Ainda que a agropecuária nunca tenha perdido sua importância como vínculo com o mercado externo e meio de obtenção de divisas para saldar o balanço de pagamentos, o processo de industrialização complexificou a economia brasileira, tornando o país um exportador de bens manufaturados já na década de 1980.

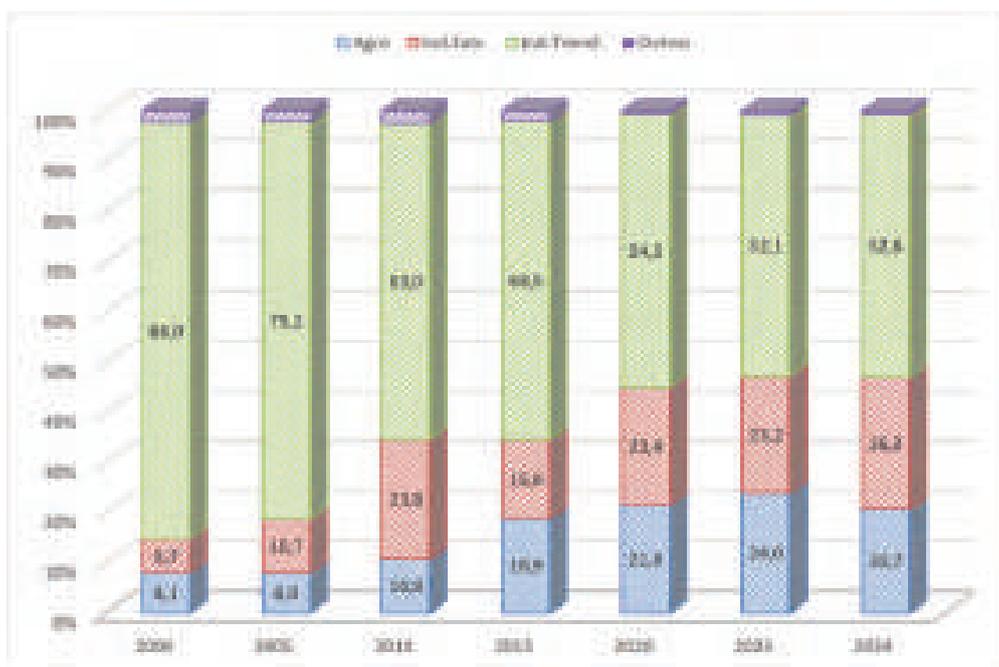
Não obstante a monta e a importância do parque industrial brasileiro, o século XXI trouxe uma mudança significativa. Após décadas de uma redução significativa da participação do setor primário em relação à indústria e aos serviços no PIB e nas exportações, observou-se uma reversão dessa tendência, especialmente com o fortalecimento da agricultura empresarial-capitalista, também conhecida como "agronegócio". O aumento da participação das commodities na pauta de exportações, fenômeno conhecido como "reprimarização", levou a um rápido avanço territorial das principais monoculturas exportadoras, como a soja.

Nos anos 2000, cresceu sobremaneira a demanda chinesa por recursos naturais, o que alterou o mercado mundial de commodities e mudou o panorama econômico de vários dos países sul-americanos. Saiu-se de uma situação de restrição nos balanços de pagamentos para uma situação de aumento das exportações de commodities a preços elevados, que resultou numa melhora nos termos de troca do comércio exterior da região. Como consequência, além da produção de soja brasileira crescer expressivamente, assim como sua participação na pauta de exportações, o cultivo do grão passou a ser indutor da expansão do agronegócio no Cerrado e na Amazônia, bem

como setor estratégico de atuação dos grandes grupos transnacionais agroindustriais e capitais financeiros na agricultura.

A ascensão da China à condição de grande demandante de commodities coincide com o estouro da crise cambial de 1998/1999, que inviabilizou a continuidade da política anterior, baseada em déficits volumosos no balanço de pagamentos, e levou à desvalorização abrupta do Real em janeiro de 1999. Com o câmbio mais desvalorizado, e o mercado de commodities aquecido, abriu-se a possibilidade de um ajustamento das contas externas com base nas exportações primárias.

**Figura 1**  
**Evolução das Exportações por setor econômico em % do valor FOB**



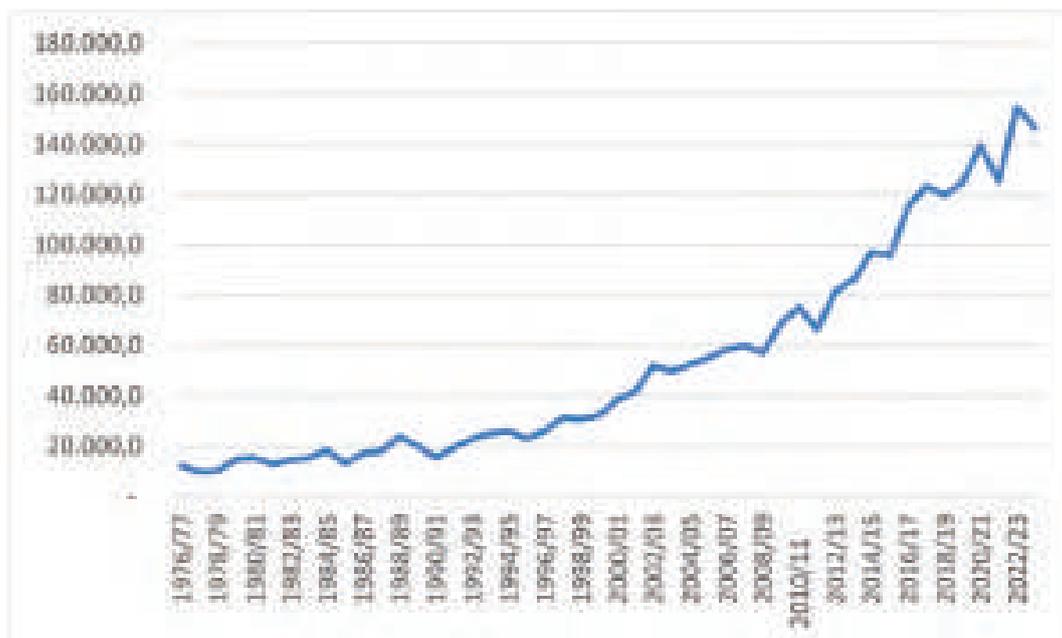
Fonte: Organizado pelo autor a partir de dados do MDIC (2024)

O êxito do ajustamento externo com base nas exportações agrominerais fez-se refletir rapidamente na pauta de exportações. Os setores agropecuária e indústria extrativa apresentaram tendência de crescimento desde os anos 2000, com sua participação tendo saltado de 14,8% para 47,2% do valor total das exportações em 2023. Embalada por esse contexto, a produção nacional de soja acompanhou essa tendência. A partir do ano 2000, a produção brasileira de soja saiu da casa das 40 milhões de toneladas para

a casa das 70 milhões em 2010, chegando a cerca de 150 mil toneladas na safra 2023/2024 (CONAB, 2023).

O significado da reprimarização da pauta de exportações merece uma análise mais detida quanto às suas consequências. As commodities são mercadorias de baixo valor agregado, que passam por pouca ou nenhuma transformação industrial. Normalmente, são produtos homogêneos, com pouca diferenciação de qualidade. Devido à sua relativa padronização, sua competi-

**Figura 2**  
**Evolução da produção brasileira de soja em milhões de toneladas**



Fonte: Organizado pelo autor a partir de dados da CONAB (2023)

tividade no mercado é fundamentalmente determinada pelos custos de produção. Dessa forma, quanto mais esses custos são reduzidos, maior a margem de lucro, já que os preços são determinados pelo mercado internacional e não pelos produtores individuais. Além disso, as commodities são caracterizadas pelo fato de serem produzidas e transportadas em grande escala, sendo o custo do transporte um dos principais elementos determinantes de sua competitividade.

Nesse sentido, cabe destacar que a especialização produtiva em commodities leva a uma redução da complexidade econômica, haja vista seu baixo nível tecnológico em comparação com produções com maior grau de industrialização. Além disso, a organização da produção e dos sistemas de transporte de commodities em larga escala exerce uma pressão considerável sobre os fatores de produção terra e trabalho como forma de manter baixos os custos de produção e, logo, elevar a competitividade da produção.

A análise das implicações decorrentes da dependência econômica de commodities é complexa, pois, mesmo na produção de produtos básicos, é necessário incorporar ciência e

tecnologia. No caso da soja, destacam-se o aprimoramento de sementes, desenvolvimento de herbicidas e inseticidas, melhorias em adubos, além de melhorias nos sistemas de transporte e escoamento. O setor de pesquisa e desenvolvimento do setor agroindustrial mobiliza vultosos investimentos por parte das empresas transnacionais e do Estado através da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). No caso da soja, a Embrapa cumpriu papel essencial no desenvolvimento das sementes e na adaptação dos solos do Cerrado e da Amazônia para o plantio do grão, transpondo todo tipo de adversidade que solos, clima, e fatores naturais poderiam impor ao sistema produtivo.

Os resultados das pesquisas públicas e privadas no aumento da produção e da produtividade da soja, grão amplamente utilizado na fabricação de rações animais, óleo vegetal, medicamentos e cosméticos, são excepcionais. Contudo, é necessário reconhecer que, sob a lógica da produção capitalista, a produção dessa e de outras commodities vem sendo determinada cada vez menos pelas necessidades humanas, e mais pelo nível de acumulação de capital que podem propiciar. As crises financeiras

sucessivas têm levado grandes investidores a procurar compensar suas perdas e proteger seus ativos financeiros investindo no mercado futuro de commodities agrícolas. A financeirização do mercado de produtos agrícolas torna o setor alimentar objeto de intensos movimentos especulativos que estão nas raízes das oscilações cada vez mais frequentes e intensas nos preços dos alimentos.

No caso brasileiro, as características climáticas favoráveis à produção de soja e a disponibilidade de terras agricultáveis propiciam uma dupla vantagem para a produção do grão: expansão da área plantada e aumento da produtividade. Na fronteira agrícola do centro-norte do país, observam-se índices de produtividade maiores que nos estados da região Sul, região de origem da soja (EMBRAPA SOJA, 2024).

O preço relativamente baixo da terra e a possibilidade de aquisição ilegal de terrenos por meio da grilagem permanecem como uma vantagem comparativa, uma vez que os altos investimentos requeridos pelo elevado nível técnico-científico das produções agropecuárias não permitem uma redução significativa dos custos do processo produtivo, canalizando essa pressão para os custos com trabalho e aquisição das terras.

Sendo o setor agroindustrial oligopolista o principal fornecedor de tecnologias e insumos para a produção agrícola, e também o principal comprador, comercializador e processador de soja, observa-se o domínio crescente dos capitais agroindustriais e financeiros sobre os principais elos de agregação da cadeia de valor da soja. Dessa forma, a ação das corporações cada vez mais torna-se um vetor de influência da conformação espacial, processo que Milton Santos (2006) cunhou como “uso corporativo do território”. A ação do Estado como definidor da forma de absorção e condução dessas forças nos territórios tem-se mostrado limitada. Privatizações, enfraquecimento das agências estatais de fomento e impedimentos para o uso do orçamento público em projetos de desenvolvimento limitam o papel do Estado a facilitador de arranjos regulatórios e creditícios que contribuem com o uso corporativo do território. Em outras palavras, a ação estatal tem-se limitado a criar condições para a expansão dos cultivos com reduzidos custos de mão de obra e de transporte, bem como a facilitar a incorporação de novas terras, ainda que com custos ambientais elevados.

No Brasil e na América Latina, observa-se a existência do que Maristella Svampa (2015) denominou “consenso das commodities”. Esse



**Os resultados das pesquisas públicas e privadas no aumento da produção e da produtividade da soja, grão amplamente utilizado na fabricação de rações animais, óleo vegetal, medicamentos e cosméticos, são excepcionais."**



**O modelo defendido por essa coalização baseia-se numa estratégia de aproveitamento da renda da terra como motor da acumulação de capital. A suposta universalidade desses interesses, vendidos como interesses da 'nação', é justificada pela capacidade do agronegócio de gerar os superávits comerciais necessários para equilibrar o balanço de pagamentos através de vultosos superávits em conta corrente."**

termo faz referência à entrada da região em uma nova ordem econômica e político-ideológica baseada na preponderância das agroexportações e na reprimarização. Embora a exploração de recursos primários não seja algo novo na região, o início do século XXI foi marcado pela expansão de megaprojetos que visam ao controle, extração e exportação de recursos primários sem adição significativa de valor, levando à especialização produtiva em gêneros de baixo valor agregado.

No Brasil, os interesses da agricultura capitalista e dos grandes grupos transnacionais agroalimentares têm sido interpretados como "interesses nacionais", transformando o agronegócio num bloco de pressão política poderoso. Essa coalizão engloba os interesses da burguesia agrária, dos grandes proprietários rurais, do capital agroindustrial e tem influência determinante nos rumos das políticas macroeconômicas e agrícolas do Estado. O

modelo defendido por essa coalização baseia-se numa estratégia de aproveitamento da renda da terra como motor da acumulação de capital. A suposta universalidade desses interesses, vendidos como interesses da "nação", é justificada pela capacidade do agronegócio de gerar os superávits comerciais necessários para equilibrar o balanço de pagamentos através de vultosos superávits em conta corrente.

A formação dessa coalizão de poder, chamada por Guilherme Delgado (2012) de "economia política do agronegócio", remonta à crise cambial de 1999, quando se usou das exportações primárias como forma de gerar superávits comerciais e controlar a inflação. Desde então, seu poder aumentou no aparato estatal, tendo sido essencial na formação e sustentação dos diferentes governos. A principal expressão política desse grupo é a Frente Parlamentar da Agropecuária, também

chamada de "bancada ruralista", caracterizada por sua capacidade de influência nas diferentes pautas debatidas no Congresso, especialmente a pauta ambiental. Essa frente representa os interesses das organizações do patronato rural e de outras associações ligadas aos diferentes complexos agroindustriais.

Uma política industrial que leve em conta as vantagens comparativas do Brasil nos setores agrominerais, mas que também favoreça a agregação de valor no território brasileiro poderia reverter a tendência à reprimarização e à

alienação do território a uma lógica corporativa e extrativista. Essa política depende de uma maior sensibilização da sociedade e dos formuladores de políticas econômicas sobre a importância das questões sociais, trabalhistas, ambientais e de saúde. Para além da internalização de elos de agregação de valor, é necessária uma estratégia de desenvolvimento rural que aborde questões mais amplas e urgentes, como redução das desigualdades, diversidade produtiva, segurança alimentar e nutricional e as mudanças climáticas.

---

## Referências Bibliográficas

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). Fonte de dados acerca da produção, produtividade e área plantada com soja. Disponível em: <[www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)> Acesso em: 08/05/2024.

DELGADO, Guilherme. Do "capital financeiro na agricultura" à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2012.

EMBRAPA SOJA. Soja em números. Disponível em: <https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>. Acesso em 08/05/2024.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO (MDIC/COMEXSTAT). Fonte de dados acerca do comércio exterior brasileiro. Disponível em <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em 08/05/2024.

SANTOS Milton. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2006.

SVAMPA, Maristella. Commodities Consensus: Neoextractivism and Enclosure of the Commons in Latin America. *The South Atlantic Quarterly* 114:1, January 2015



## Herick Vazquez Soares

Doutor (2018) e Mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo (2013). É bacharel em Economia pela mesma Universidade. Atualmente é empregado público em empresa de economia mista - Banco do Brasil S/A. Tem experiência nas áreas de Economia, com ênfase em Agricultura, História Econômica, Desenvolvimento regional e Crédito Habitacional.

# Entre o mito e a utopia:

## *a atualidade do cinquentenário Mito do Desenvolvimento Econômico de Celso Furtado*

POR FERNANDA G. CARDOSO

### Introdução

Em junho de 1974, em Cambridge, Celso Furtado assinava o prefácio do *Mito do Desenvolvimento Econômico*, publicado naquele mesmo ano. O livro é uma coletânea de quatro ensaios escritos pelo autor entre 1972 e 1974, período em que atuou como professor visitante na American University, em Washington, e na Universidade de Cambridge. O primeiro ensaio foi o último a ser escrito e apresenta a ideia central do livro, qual seja, de que o desenvolvimento econômico é um mito.

Este artigo argumenta que, a despeito de já ser cinquentenário, o *Mito do Desenvolvimento Econômico* permanece atual.

### Do diagnóstico aos desafios para a superação do subdesenvolvimento

Uma das marcas indeléveis da formação socioeconômica dos países da América Latina é a extrema desigualdade observada desde os tempos de colônia. Por isso, aliadas às transformações econômicas, relativas ao adensamento da matriz produtiva e à requalificação do padrão de inserção externa, eram necessárias transformações sociais que confrontariam a base de desigualdade historicamente consolidada.

O processo de industrialização brasileiro em meados do século XX foi bem-sucedido no que diz respeito à contribuição da geração (e de sua forma) de excedente econômico, mas não

suficiente para romper com a dinâmica de desigualdade presente desde os primeiros dias de colonização. Pelo contrário, a escolha da forma de industrialização, baseada preponderantemente na dinâmica do consumo dos chamados bens de luxo, intensificou o processo de concentração de renda e, por conseguinte, de riqueza e poder.

O diagnóstico de Celso Furtado: as nações da periferia, em um processo de mimetismo cultural, tenderam a emular os padrões de consumo dos países desenvolvidos. Essa demanda acarretou a concentração de recursos na produção e/ou importação desses bens de luxo. Porém, são esses os setores produtivos ainda mais intensivos em capital e menos absorvedores de mão de obra. Assim, o subdesenvolvimento persistiu, mesmo com a industrialização.

De maneira geral, até o início da década de 1960, o tom argumentativo de Furtado era otimista com relação à realização do sonho do desenvolvimento. Porém, na metade da década de 1960, em boa medida em virtude do golpe civil-militar de 1964, combinado aos limites políticos e geopolíticos refletidos no esgotamento da estratégia do processo substitutivo de importações, Furtado se torna mais crítico quanto à possibilidade de alçamento ao desenvolvimento, seguindo a estratégia desenvolvimentista pensada na década anterior.

É neste contexto que agora abordaremos o livro escolhido como foco deste artigo. O desenvolvimento econômico é um mito?



Foto: Wikipedia/Reprodução

## O mito do desenvolvimento econômico

Em 1972 um grupo interdisciplinar do MIT preparou um estudo para o Clube de Roma intitulado *The Limits to Growth*. Segundo Furtado, graças ao estudo foram "trazidos para o primeiro plano da discussão problemas que os economistas do desenvolvimento econômico trataram sempre de deixar na sombra".<sup>1</sup>

Partindo da ideia de que o sistema é fechado, a pergunta que se coloca é: se o padrão de desenvolvimento econômico dos países industrializados fosse disseminado para as demais nações do mundo, o que aconteceria? A resposta é objetiva: seria o colapso do sistema econômico, porque o planeta Terra não comportaria tal pressão.

Furtado é enfático: "A evidência à qual não podemos escapar é que em nossa civilização a criação de valor econômico provoca, na grande maioria dos casos, processos irreversíveis de degradação do mundo físico"<sup>2</sup>. A ideia de irreversibilidade das consequências das mudanças é central; em complemento, o reconhecimento de que não é possível isolá-las. Prossegue Furtado: "Demais das consequências de natureza diretamente econômica, como seja o encarecimento das fontes alternativas de energia, esse processo provoca elevação da temperatura média de

certas áreas do planeta cujas consequências a mais longo prazo dificilmente poderiam ser exageradas".<sup>3</sup> E, dentro do reconhecimento da irreversibilidade e, por conseguinte, da impossibilidade de apagar ou neutralizar o que já está feito, Furtado adverte: "A atitude ingênua consiste em imaginar que problemas dessa ordem serão solucionados necessariamente pelo progresso tecnológico, como se a atual aceleração do progresso tecnológico não estivesse contribuindo para agravá-los".<sup>4</sup>

Porém, apesar de reconhecer o risco inevitável das consequências ambientais, Furtado acreditava ser pouco provável a expansão do modo de vida dos países mais industrializados por todas as nações do mundo; pelo menos não de uma forma homogênea, disseminada por todas as classes sociais. Isso porque a própria dinâmica centro-periferia e a relação de dependência que conformava, marcada pelo recrudescimento das desigualdades entre os dois conjuntos de nações e, internamente às periféricas, da manutenção do hiato de padrão de vida entre as elites e as classes trabalhadoras, ensejava a impossibilidade de todas as nações do mundo alcançarem o desenvolvimento econômico, ou seja, de reproduzirem o estilo de vida das nações centrais. Dito de outro modo, o estilo de vida das nações mais industrializadas seria sempre



**Se o padrão de desenvolvimento econômico dos países industrializados fosse disseminado para as demais nações do mundo, o que aconteceria? A resposta é objetiva: seria o colapso do sistema econômico, porque o planeta Terra não comportaria tal pressão."**



restrito a uma minoria, o que não corresponderia com a hipótese de generalização da qual parte o modelo do estudo *The Limits of Growth*. Porém, supondo que esse estilo de vida se generalizasse, o custo de depredação sobre a natureza colocaria em risco a própria sobrevivência humana.

Por esses dois motivos - quais sejam, a própria dinâmica geradora de desigualdades do capitalismo representada pelas assimetrias entre o centro e a periferia, e os limites do mundo físico -, Furtado afirma ser um mito o desenvolvimento econômico, entendido como a reprodução do modo de vida das nações industrializadas do centro. E é justamente por ter contribuído para esse apontamento, de que o desenvolvimento econômico é um mito, que Furtado localiza a importância do modelo do *The Limits of Growth*.

O processo de modernização, definido por Furtado como a "adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos"<sup>5</sup>, que se intensificou com o processo de industrialização nos países da periferia, como o Brasil no século XX, engendrou uma nova forma de armadilha do subdesenvolvimento, que "deve ser entendido como um processo, vale dizer, como um conjunto de forças em interação e capazes de reproduzir-se no tempo".<sup>6</sup> Especificamente sobre o modelo de subdesenvolvimento brasileiro, Furtado aponta

para sua tendência estrutural de exclusão da maior parte da população do acesso às benesses do incremento do excedente e do progresso tecnológico. Esse processo é possível, por sua vez, por conta da assimetria de poder político, ou seja, "a durabilidade do sistema baseia-se grandementena capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter antissocial tende a estimular"<sup>7</sup>.

Para concluir a retomada das principais ideias expostas nos quatro capítulos que compõem o livro, Furtado aponta para o que denomina como "outra vaca sagrada dos economistas",<sup>8</sup> o Produto Interno Bruto (PIB) e para a sua taxa de crescimento. No final do último capítulo, texto escrito em 1972, questiona por que o cálculo do PIB não considera o custo para a coletividade da destruição dos recursos naturais não renováveis, dos solos e florestas, da poluição das águas e do impacto sobre a fauna. Ademais, se o padrão de renda não melhora para a maioria (ou seja, se o incremento do PIB não é acompanhado pela melhoria do salário real), o crescimento está sendo realizado com base no desgaste humano - ou, dito de outro modo, no incremento da exploração e da precarização das condições de trabalho da maioria.

Assim, deixamos aqui o aconselhamento de Furtado aos cientistas sociais: não se pretende com essa afirmação negar o valor

desses conceitos tão caros especialmente aos economistas, mas de reconhecer o seu significado e a que serve (ou deveria servir).

Estaríamos nós buscando os objetivos e possibilitando os meios que nos levam ao verdadeiro desenvolvimento? Qual é a utopia que nos mobiliza? Esse questionamento, ainda atual, é o principal legado do livro cinquentenário.

### **Considerações Finais: entre o mito e a utopia do desenvolvimento**

Pelo menos desde 2015, quando os chamados Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) da Agenda 2015 foram substituídos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, podemos afirmar que, ao menos no campo do discurso, falar em desenvolvimento sem considerar a dimensão da sustentabilidade tornou-se socialmente inaceitável. Para a realização da Agenda 2030, a erradicação da pobreza se apresenta como o maior desafio global e também como um requisito para a promoção do desenvolvimento sustentável, com o compromisso de que ninguém seja deixado para trás.<sup>9</sup>

### **Seria o desenvolvimento sustentável uma utopia possível ou um mito?**

As reflexões incitadas pelo *Mito do Desenvolvimento Econômico* permanecem

atuais, especialmente pelo convite que fazem à crítica do modelo de desenvolvimento inaugurado pela Revolução Industrial, protagonizado pelas nações centrais e emulado pelas nações periféricas, nas quais se evidencia a principal contradição do modelo, qual seja, a impossibilidade de reprodução de um padrão de vida semelhante ao das nações centrais para todos os habitantes do planeta. Isso pelos limites políticos, geopolíticos ou ecológicos, todos apontados por Furtado em seu livro de 1974.

Esse modelo, ademais, por estarmos em um sistema fechado, engendrou consequências irreparáveis sobre o mundo físico; não há progresso tecnológico que possibilite a sua reversão completa, de modo que teremos que lidar, nos próximos anos, com as mudanças climáticas provocadas especialmente pelo aquecimento global ocasionado, em grande medida, pela degradação causada pelas sociedades humanas ao meio ambiente. As consequências, como temos visto, não se distribuem de forma igualitária: tendem a impactar justamente as populações mais vulneráveis nas regiões mais empobrecidas do mundo.

Assim, "a promoção do desenvolvimento sustentável, com o compromisso de que ninguém seja deixado para trás", mais do que uma utopia, parece ser o único caminho viável. A conclusão que ainda parecia alarmista na década de



1970, pelos limites geopolíticos apontados por Furtado, mostra-se como realidade inescapável no século XXI se não houver uma mudança radical na abordagem da estratégia (e no próprio conceito) de desenvolvimento que mobiliza as nações. Os cientistas sociais, nos quais se incluem os economistas, assumem, nesse contexto, papel de grande responsabilidade social: por qual caminho devemos seguir?

E, no caso do Brasil, é necessário ainda evidenciar a importância estratégica de valorização e priorização do investimento em educação, pesquisa, ciência e tecnologia para a

construção de um caminho popular, sustentado, sustentável e soberano de desenvolvimento. A construção de um país verdadeiramente desenvolvido demanda uma política consistente de Ciência, Tecnologia e Inovação, baseada em uma política educacional que a impulse e a fortaleça. O rompimento com a condição de subdesenvolvimento, em condições adequadas de resposta aos desafios do desenvolvimento sustentável, passa necessariamente pelo protagonismo de pensamento e de produção científica. Sem isso, pelo menos para o Brasil, o desenvolvimento continuará a ser um mito.

---

## Referências Bibliográficas

1Furtado, 1974, p. 17.

2Furtado, 1974, p. 19.

3Furtado, 1974, p. 20.

4Furtado, 1974, p. 20.

5Furtado, 1974, p. 81.

6Furtado, 1974, p. 94.

7 Furtado, 1974, p. 109

8Furtado, 1974, p. 115.

9Ver ONU, 2015.

Cardoso, F. G. Nove Clássicos do Desenvolvimento Econômico, Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

FURTADO, C. O Mito do Desenvolvimento Econômico, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

ONU. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>.



## Fernanda G. Cardoso

Professora dos Bacharelados em Ciências Econômicas e em Ciências e Humanidades; e do Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da UFABC. Doutora em Economia do Desenvolvimento pela FEA-USP, Mestre em Economia da Indústria e Tecnologia pelo IE-UFRJ e Graduada em Ciências Econômicas pela FEA-USP. Foi coordenadora do Bacharelado em Ciências Econômicas da UFABC (2017-2020). Atualmente, é Pró-Reitora de Graduação da UFABC.

# O governo Lula 3

## e a recuperação da economia brasileira

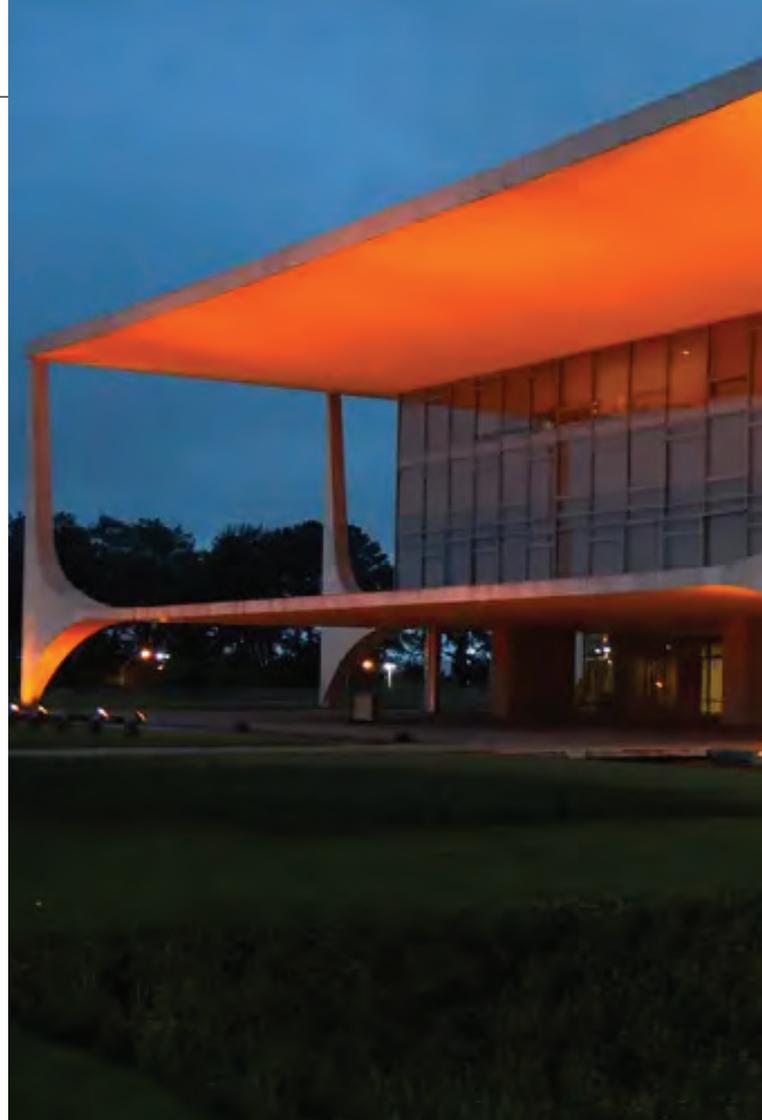
POR NORMA C. BRASIL CASSEB  
E CARLOS CABRAL

A política econômica adotada no Brasil nos últimos tempos esteve calcada no chamado tripé macroeconômico, tendo como prática a instituição do sistema de metas para a inflação, superávit primário das contas públicas e câmbio flutuante, definindo, portanto, as políticas monetária, fiscal e cambial do governo, respectivamente.

As repercussões para a economia não foram nada triviais. No caso da política monetária, a taxa básica de juros tem sido mantida em patamares elevados, com a justificativa de que se ela for baixada sem o devido apoio nos chamados fundamentos econômicos, isto acarretaria descontrole inflacionário e enorme dificuldade para o financiamento da dívida pública. Já na política fiscal, a busca por superávits primários teria como suposto objetivo “economizar” recursos para pagar juros da dívida pública diminuindo, assim, o endividamento estatal. O que tem significado cortar gastos com saúde, educação e investimentos principalmente.

A noção de que o Estado tem que gastar o que arrecada, muito difundida no senso comum, encontra respaldo na ideia de que a moeda é neutra na economia, gerando somente elevação nos níveis de preços. Isso se enraizou de tal maneira na sociedade, que passou a dominar em grande parte o comportamento das pessoas.

Dentro dessa perspectiva, a difusão na prática dos preceitos neoliberais, naquilo que Dardot e Laval (2016) cunharam de Sujeito



Neoliberal, se materializou na política econômica. O terrorismo fiscalista foi utilizado como método, principalmente nos governos Temer e Bolsonaro.

No caso brasileiro, torna-se premente analisar o que é definido como gasto público. Isso é de suma importância, pois os gastos com juros não são objeto de repulsa pelo *mainstream* econômico, no que diz respeito à política fiscal. Dois pontos são fundamentais para se entender tal comportamento. Primeiramente, no arcabouço teórico ortodoxo o patamar da taxa de juros é consequência, simplesmente, de um suposto superendividamento. Em segundo lugar, o Regime de Metas Inflacionárias (RMI) coloca a taxa de juros como um balizador sobre o patamar inflacionário no país.

Sob tais premissas, existe a crença de que o estado deve gastar o que arrecada, como se isso fosse uma verdade intrínseca à economia. No entanto, em termos macroeconômicos, as



Foto: Valter Campanato/Agência Brasil

decisões de gastos do governo têm o poder de alavancar sua receita com impostos, por causar aumento da atividade econômica. Situação completamente diferente do que acontece no caso do orçamento doméstico.

No caso brasileiro, o corte de gastos foi institucionalizado, por meio de marcos regulatórios, estabelecendo limites às despesas públicas, com o argumento de que se criaria uma disciplina fiscal, no sentido moralista do termo. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Teto de Gastos são exemplos desse estado de coisas.

Tais leis instituíram um viés totalmente pró-cíclico na economia, inviabilizando os investimentos públicos, tão necessários para o desenvolvimento econômico, especialmente no caso do Brasil.

Do ponto de vista do bem-estar de uma sociedade, os gastos primários são de extrema importância, pois abrangem despesas com saúde, educação, investimentos, dentre outros,

além dos gastos com o funcionalismo público, que fazem com que tais serviços cheguem à população em geral. Já os gastos com juros somente afetam os poucos detentores de dívida pública, via rentismo.

Os ortodoxos ficam presos à ideia de fluxo circular da renda e não incorporam o conceito de economia monetária de produção de Keynes (1982). Portanto, não conseguem identificar o papel que a dívida pública tem no sistema, qual seja, o de proporcionar aos seus detentores de títulos a segurança na alocação da poupança privada. Esta segurança é proporcionada pelo fato do Estado ser o emissor da moeda doméstica, isto é, ele detém aquilo que é objeto de desejo do setor privado, o dinheiro.

Entretanto, para a teoria ortodoxa, que parte da abordagem microeconômica, a magnitude dos juros que se paga em uma dívida é consequência direta do quanto se deve. Ao se generalizar essa análise para a macroeconomia



**A noção de que o Estado tem que gastar o que arrecada, muito difundida no senso comum, encontra respaldo na ideia de que a moeda é neutra na economia, gerando somente elevação nos níveis de preços. Isso se enraizou de tal maneira na sociedade, que passou a dominar em grande parte o comportamento das pessoas."**

forma-se um falso consenso de que os gastos primários em excesso, ou déficits, pressionam o mercado de empréstimos, forçando uma elevação nos juros. Assim, cria-se uma espécie de vacina justificando os privilégios que o rentismo tem tido na economia brasileira.

Dentro dessa lógica, o mercado financeiro utiliza como um suposto indicador de solvência do setor público o conceito de dívida líquida e bruta do setor público sobre o PIB. O gráfico a seguir mostra a evolução desse endividamento.

**Figura 1:  
Dívida líquida e bruta do setor público – % do PIB**

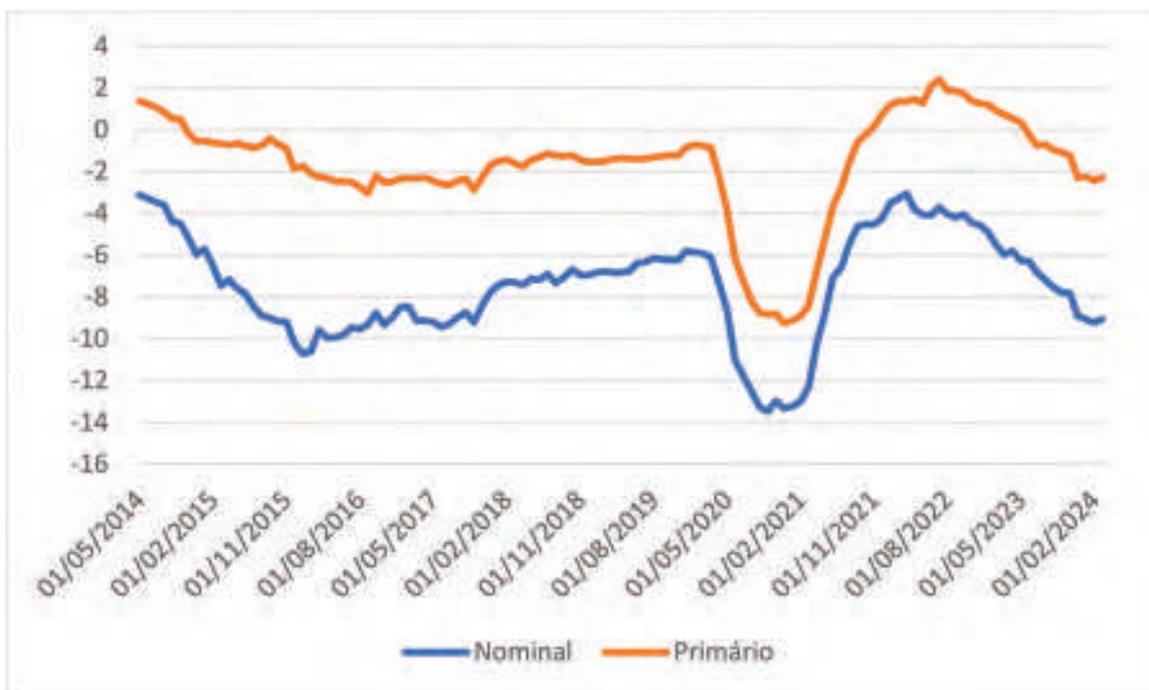


Fonte: Bacen

Verifica-se no gráfico anterior uma deterioração desses indicadores a partir de 2015. Isso se deve à queda acentuada do PIB no biênio 2015-2016, não se recuperando desde então.

A seguir é possível analisar o comportamento dos gastos primários e nominais, como proporção do PIB.

**Figura 2:**  
**Resultado primário e nominal - % PIB**



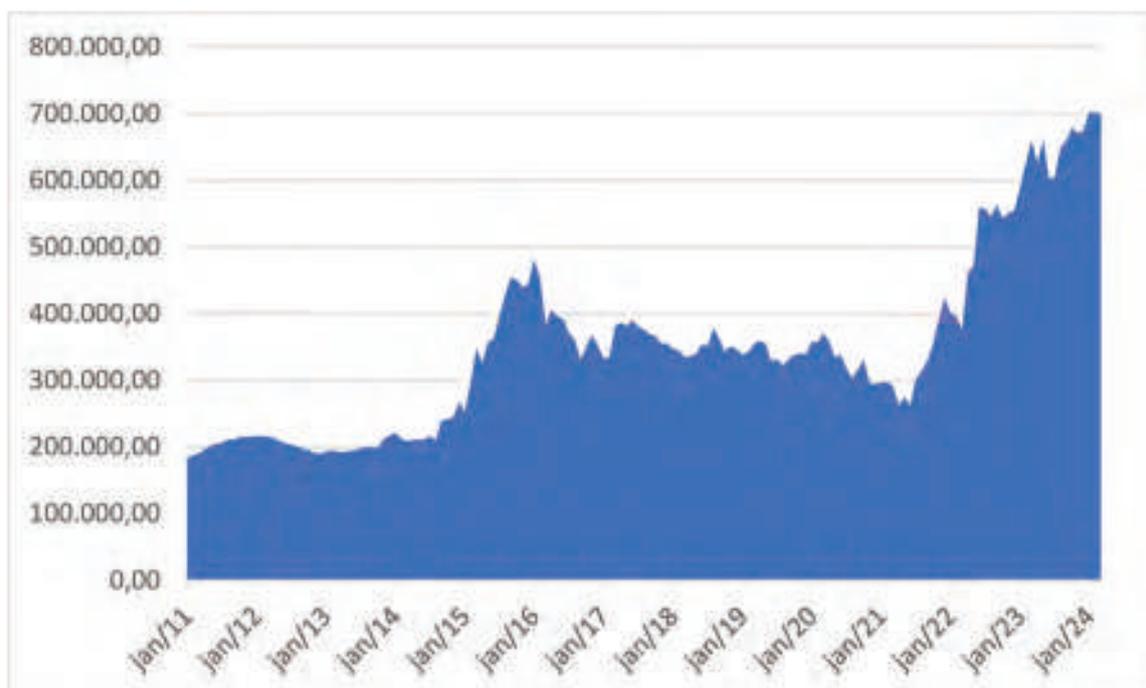
Fonte: Bacen

Pode-se observar que o resultado primário é superavitário até 2014. A partir de então, ele se inverte. Tal quadro gerou um movimento autoalimentado: corta-se gastos, contraindo a economia, o que gera mais queda na arrecadação, num ciclo vicioso.

Sobre os gastos nominais, os juros assumem um papel alarmante na despesa do setor público. De 2013 para 2015, essas despesas praticamente dobraram, atingindo o montante de mais de 500 bilhões de reais ao ano.



**Figura 3:**  
Gastos com juros – em bilhões de reais



Fonte: Bacen



**Falsos consensos, como emissão monetária gera inflação, o Estado gasta o que arrecada, a economia de um país é como a doméstica, sempre presentes na ética burguesa, foram institucionalmente estabelecidos e, com o neoliberalismo, aprofundados."**



Ao observar os dados, percebe-se que os gastos foram de um pouco mais de 236 bilhões de reais, em 2011, para o patamar recorde de 745 bilhões de reais de despesas com juros, em 2024. Para se ter uma ideia, em 2022, os gastos da União com saúde e educação totalizaram 84 e 152 bilhões, respectivamente. Já o antigo Auxílio Brasil, atual Bolsa Família, custou 62 bilhões de reais, em 2022.

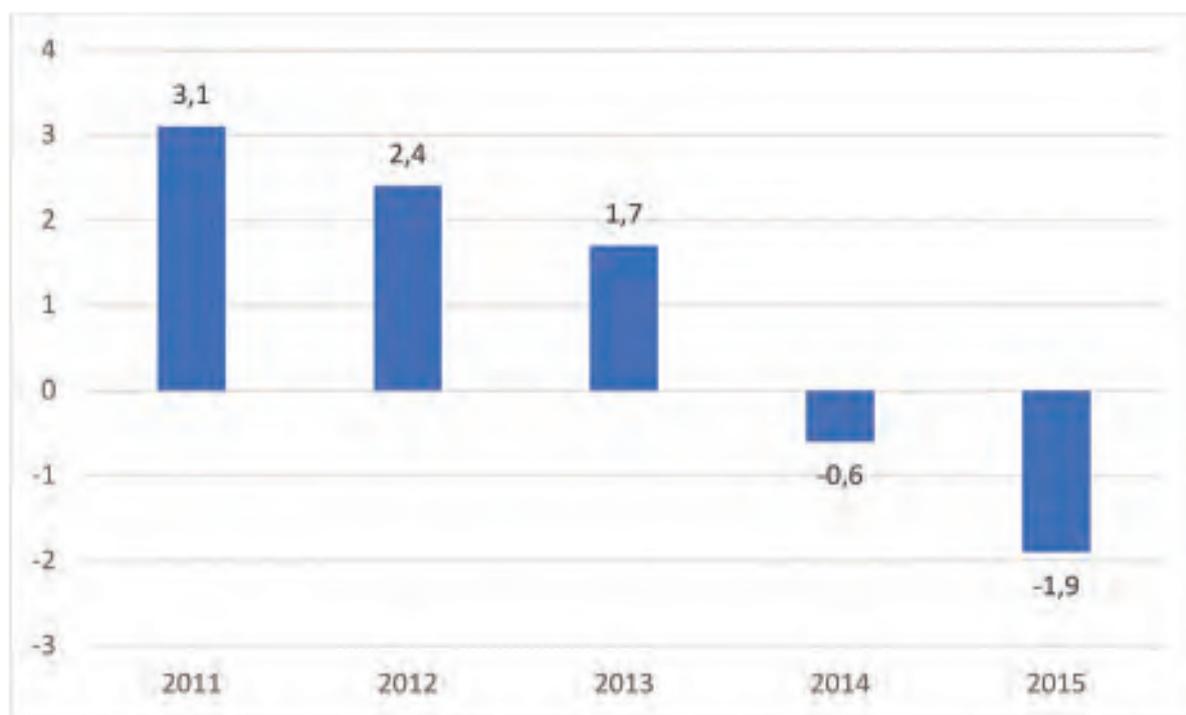
Falsos consensos, como emissão monetária gera inflação, o Estado gasta o que arrecada, a economia de um país é como a doméstica, sempre presentes na ética burguesa, foram institucionalmente estabelecidos e, com o neoliberalismo, aprofundados.

### Dilma Rousseff (2011-2016)

Durante o primeiro governo Dilma Rousseff houve continuidade no processo de redução da desigualdade social e expansão do mercado de trabalho. Entretanto, com relação ao crescimento econômico, os resultados foram inferiores ao do governo Lula 2.

No seu segundo governo, (2015-2016), abreviado por um afastamento do cargo em maio e *impeachment* em agosto de 2016 e com a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, houve uma guinada à ortodoxia. Nesse período, houve queda no PIB de -3,5%, em 2015, e de 3,3%, em 2016 (IBGE, 2022). Como consequência da crise econômica provocada pelo contracionismo fiscal, o déficit se acentua.

**Figura 4**  
**Superávit primário - Setor público consolidado - % PIB**



Fonte: Bacen

### Michel Temer (2016-2018)

O governo de Michel Temer, ao contrário dos governos anteriores de Lula e Dilma, adotou um discurso abertamente favorável à liberalização econômica e à redução do papel do Estado.

Temer aprofundou a austeridade fiscal, com a implementação de reformas, como a trabalhista, além de privatizações, etc. O discurso de realizar reformas econômicas com foco no lado da oferta,

somente olhando para custos de produção, foi enfatizado até o final de seu mandato em 2018. Desta forma, o papel essencial da demanda agregada para o crescimento econômico foi ignorado.

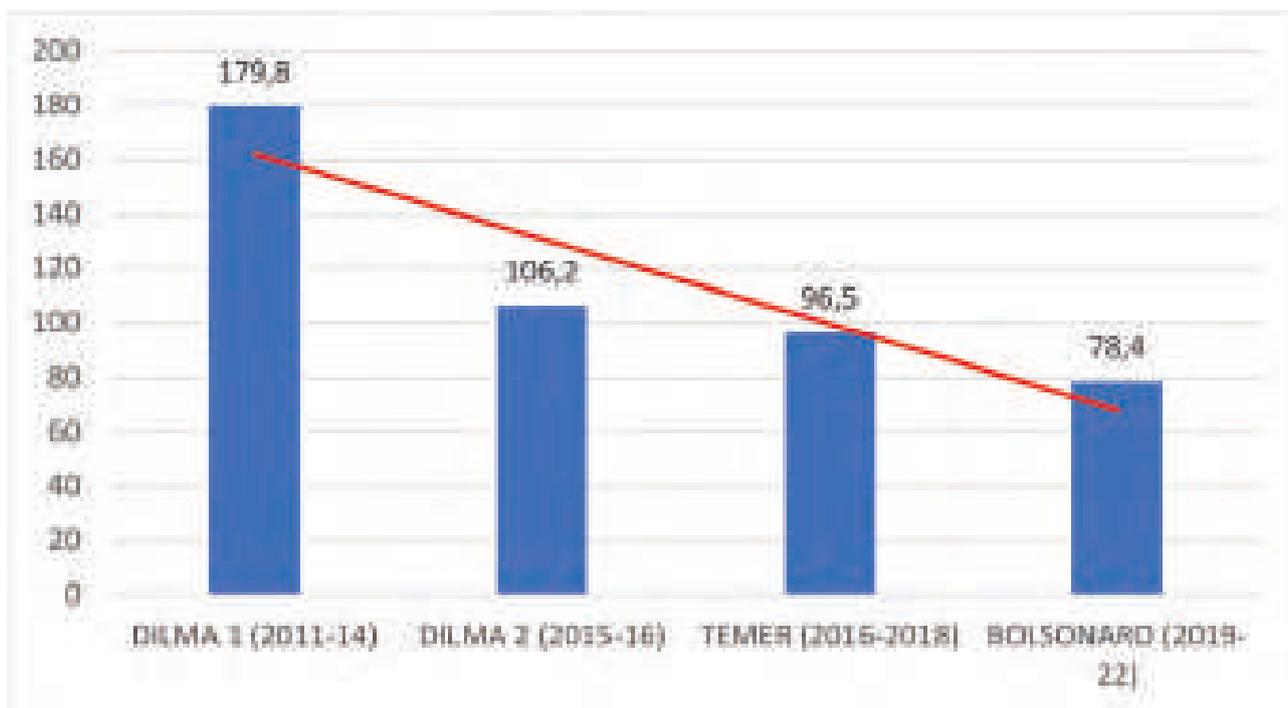
Essa condução de política econômica levou à redução do investimento e da expansão da demanda agregada no país (LACERDA, 2018). Como resultado, o Produto Interno Bruto (PIB) registrou um crescimento modesto nos anos seguintes. Em 2017 e 2018, o PIB cresceu 1,3% e 1,8%, respectivamente (IBGE, 2022).

### **Bolsonaro (2019-2022)**

A diretriz da política econômica do governo Bolsonaro foi a busca pela austeridade fiscal, implementando fortes medidas de contenção de gastos, como a reforma da previdência, a redução dos investimentos públicos e o corte de programas sociais. Como resultado, mesmo antes da pandemia, o PIB já apresentou uma queda no crescimento em relação ao ano anterior. Saindo de um patamar já medíocre de 1,3%, em 2018, para 1,1%, em 2019, consolidando a longa estagnação da economia brasileira (IBGE, 2022).

Como consequência dessa austeridade por um período extenso, o Brasil experimentou uma brutal redução do investimento em infraestrutura, variável chave para o aumento da produtividade do país, conforme demonstra o gráfico a seguir:

**Figura 5**  
**Investimento em infraestrutura - em bilhões de reais**



Fonte: ABDIB

As políticas adotadas pelo governo Bolsonaro na área econômica também geraram impactos sociais e ambientais fortemente negativos. A flexibilização das políticas ambientais e a redução de recursos para a fiscalização ambiental contribuíram para o aumento do desmatamento e das queimadas na Amazônia, comprometendo a imagem do país no exterior, afastando investimentos.

Portanto, mesmo com os gastos na pandemia forçados pelo Congresso Nacional e pela opinião pública, a política econômica no governo Bolsonaro agravou de forma substancial a concentração

de renda e a desigualdade social. Os cortes de gastos afetaram especialmente os mais pobres, que dependem dos serviços públicos para suprir suas necessidades básicas, especialmente o SUS.

## **O GOVERNO LULA 3 E A TENTATIVA DE RUPTURA COM O PARADIGMA NEOLIBERAL**

Ao contrário do que foi feito nos últimos anos no Brasil, o Governo Lula 3 tem se orientado pelo enfrentamento à política neoliberal. Na política fiscal, por exemplo, foi aprovado o NAF (Novo Arcabouço Fiscal), flexibilizando, mesmo que não totalmente, os gastos públicos. No que diz respeito à política monetária, o governo vem articulando a formação de um consenso para a redução contínua da taxa básica de juros.

No âmbito dos investimentos, o Governo prioriza o estímulo a transformações fundamentais para a construção de um setor produtivo inovador e sustentável no país. Por meio do BNDES, por exemplo, vem reassumindo o papel de indutor da neointustrialização e da transição ecológica do Brasil, que se constitui em

quatro eixos para dinamizar a indústria no país: 1- mais inovadora e digital; 2- mais verde; 3- mais exportadora; e 4- mais produtiva.

Além disso, tem buscado ampliar os gastos sociais, tais como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, bem como a reestruturação na saúde e educação.

Corroborando o entendimento do Governo Lula 3, a discussão teórica sobre a intervenção do Estado na economia está mais arejada. Investimentos em setores estratégicos da indústria, infraestrutura, transportes, mobilidade social, saneamento básico, moradias, pesquisa e desenvolvimento, bem como na promoção de uma transição energética, fazem parte do escopo onde o Estado pode atuar.

Não obstante, a construção de um consenso político sobre a urgência do crescimento do investimento público e crescimento econômico com melhoria distributiva é uma tarefa árdua para o atual Governo. O domínio de uma parte ampla do chamado 'mercado' e da mídia convencional propagando o discurso ortodoxo falseia a discussão de fundo da qualidade e da necessidade do aumento do gasto público.



**Por meio do BNDES, por exemplo, vem reassumindo o papel de indutor da neointustrialização e da transição ecológica do Brasil, que se constitui em quatro eixos para dinamizar a indústria no país: 1- mais inovadora e digital; 2- mais verde; 3- mais exportadora; e 4- mais produtiva."**

---

## Referências bibliográficas

ABDIB. (2022): Investimentos em infraestrutura. Disponível em: <https://www.abdib.org.br/relatorio-anual-3/> Acesso em 20 nov 2022.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. (2019): Página inicial. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 05 de mar. 2019.

\_\_\_\_\_. (2019): Taxas de juros básicas – Histórico/ Histórico das taxas de juros fixadas pelo Copom e evolução da taxa Selic. Disponível em: < <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/historicotaxasjuros>>. Acesso em: 05 de mar. 2019;

\_\_\_\_\_. (2023): Estatísticas. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas>>. Acesso em: 05 de mar. 2023;

DARDOT, P. & LAVAL, C. (2016): A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal. Boitempo Editorial; 1ª edição, 2016.

KEYNES, John M. (1982): A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. São Paulo, Abril Cultural.

LACERDA, Antônio Correa de. et al. (2018): Economia Brasileira. 6. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018. p. 318.



### **Norma Cristina Brasil Casseb**

Economista, com doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo. Professora Titular da PUC-SP. Tem experiência na área de Economia, atuando principalmente nos temas: macroeconomia, economia brasileira, economia política e políticas públicas.



### **Carlos Eduardo Figueiredo Cabral**

Economista, com mestrado em Economia pela PUC-SP. Atualmente é professor do Departamento de Economia da instituição e é Consultor Econômico.

# Construir hoje um futuro sustentável: é possível?

POR RUTH ESPÍNOLA SORIANO DE MELLO

A história da Ilha de Páscoa, com seus moais esculpidos em pedra como testemunhas silenciosas de um passado grandioso, serve como um lembrete pungente dos perigos da exploração insustentável dos recursos naturais. A civilização que floresceu na ilha, outrora rica e vibrante, sucumbiu sob o peso de suas próprias decisões, deixando para as gerações futuras um legado de devastação ambiental e declínio social.

Em nossa contemporaneidade, marcada por avanços científicos e tecnológicos sem precedentes, a sociedade se depara com um dilema similar: como navegar pelas complexas correntes do desenvolvimento sem repetir

os erros do passado? Como construir um futuro próspero e sustentável para todos sem comprometer a saúde do planeta e a qualidade de vida das próximas gerações?

Diante de um cenário desafiador, em que mudanças climáticas ameaçam a estabilidade do planeta e a elevação do nível do mar coloca em risco comunidades inteiras, como no caso de Tuvalu –Oceania–, a busca por soluções inovadoras e eficazes torna-se cada vez mais urgente. A crescente desigualdade material e imaterial, a automação de atividades cognitivas e a transição demográfica e previdenciária exigem uma profunda reflexão sobre os modelos



de produção, consumo, distribuição, descarte, investimento e organização social que imperam no contexto atual.

Neste sentido, a cooperação, a autogestão e a solidariedade emergem como princípios fundantes em apoio à construção de um futuro mais justo e inclusivo. Através da colaboração entre diferentes setores da sociedade – governos, empresas, Academia e sociedade civil – e da implementação de políticas públicas que incentivem a participação e o empoderamento das comunidades, é possível construir um mundo mais equitativo e resiliente.

Modelos econômicos alternativos, como economia de impacto, economia “donut”, economia regenerativa, economia de stakeholder, economia do valor compartilhado, economia de Francisco, entre outros, propõem soluções para conciliar o desenvolvimento econômico com a responsabilidade socioambiental.

Tal enfoque também se sustenta na inovação, não apenas científico-tecnológica, mas especialmente em sua faceta social: a inovação



**A crescente desigualdade material e imaterial, a automação de atividades cognitivas e a transição demográfica e previdenciária exigem uma profunda reflexão sobre os modelos de produção, consumo, distribuição, descarte, investimento e organização social que imperam no contexto atual."**

social, a qual, muitas vezes, tem a comunidade como protagonista e cujos atores sociais são centrais no processo. Os conhecimentos são originados no ambiente comunitário, as informações são compartilhadas e as ações são cooperadas. As estratégias buscam substituir a competição pela colaboração.

A “economia de impacto”, por exemplo, busca direcionar investimentos para organizações e projetos que geram impacto positivo na sociedade. É neste contexto que estão situadas as organizações híbridas orientadas ao impacto socioambiental. Podem ser definidas por imperativos que sugerem uma racionalidade produtiva alternativa. Essa alternativa se diferencia por considerar as dimensões ambiental e social não como custos a serem gerenciados ou restrições ao crescimento, mas como elementos essenciais ao seu sucesso. Para compreender essa nova racionalidade, podemos analisar a evolução de práticas pregressas, como o “triple bottom line” (tripé da sustentabilidade), conforme concebido por Elkington (2001, 2018), ao propor que as empresas adotem práticas que considerem, além do lucro, a responsabilidade social e ambiental.

Desde sua criação, o tripé da sustentabilidade foi adotado por centenas de empresas, inclusive por empresas de capital aberto nas bolsas de valores. No entanto, as organizações “impact-driven” vão além do tripé da sustentabilidade, pois não apenas consideram as dimensões ambiental e social, mas as colocam no centro de seu modelo de negócios. No Brasil e no mundo, tais organizações estão associadas a uma polissemia rica de definições, tais como negócios sociais (Yunus, 2010), empresas sociais, empresas B, empresas 2.5, empresas da base da pirâmide, negócios inclusivos, negócios de impacto socioambiental positivo (Mello, 2018, 2023; Barki, Comini, Torres, 2023), empresas de geração de valor social, dentre outros.

Deste contexto, defende-se que existiria um alargamento do terceiro setor em direção ao segundo (das empresas), seja ele denominado setor 2.5 ou quarto setor. De todo modo, revela-se “amadurecimento de importantes setores e atores da sociedade em busca de definições mais assertivas em relação a novos e mais elevados anseios dos seus cidadãos” (Mello, 2018, p. 32).

Já a “economia donut” (Raworth, 2019) propõe um modelo de desenvolvimento que opera dentro dos limites planetários, garantindo o bem-estar das pessoas e a preservação do meio ambiente. Em 2009, um grupo de cientistas liderados pelo Centro de Resiliência de Estocolmo propôs um marco científico crucial: as fronteiras planetárias. Essa iniciativa definiu nove limites biofísicos que, se ultrapassados, poderiam levar a mudanças irreversíveis no planeta, ameaçando a vida como a conhecemos: mudanças climáticas, acidificação dos oceanos, poluição química, mudança no uso da terra, mudança no uso da água, fluxos biogeoquímicos (nitrogênio e fósforo), perda da biodiversidade, aerossol na atmosfera e degradação da camada de ozônio. Tais limitações representam a capacidade de resiliência do planeta, isto é, a capacidade do planeta lidar com essas mudanças no longo prazo sem perder suas possibilidades de desenvolvimento. Até 2023, cientistas dizem que já superamos seis das nove fronteiras.

Por sua vez, a economia dos *stakeholders*, se contrapõe a dos *shareholders* que tem sido associada a Friedman (2020) que, especialmente com sua obra *Capitalismo e Liberdade*, de 1962, fundamentou a ideia de que “há uma e só uma responsabilidade social do capital - usar seus recursos e dedicar-se a atividades destinadas a aumentar seus lucros”. O outro arcabouço, das partes interessadas, é atribuído à Freeman (1984), para quem a responsabilidade social de uma empresa não é apenas gerar lucros para os acionistas, sendo preciso que se considere também os *stakeholders*, clientes, parceiros, fornecedores, prestadores de serviço, comunidade em que está inserida, os trabalhadores e seus sindicatos, entre outros.

De qualquer modo, é sempre requerida uma educação de qualidade que assume um papel central na preparação das novas gerações para os desafios e oportunidades do mundo em constante transformação. Através de uma educação crítica, inovadora e focada no desenvolvimento de habilidades socioemocionais, os jovens podem ser equipados para navegar pelas incertezas do futuro e construir um mundo mais sustentável.

Além do mais, o tema da renda mínima universal deve voltar à pauta dos formuladores de políticas.

Ela surge como uma potencial ferramenta para mitigar os impactos da automação no mercado de trabalho, garantindo um nível mínimo de renda para todos os cidadãos, independentemente de sua situação profissional. O desenvolvimento de novas tecnologias e modelos de produção, por sua vez, deve ser guiado por princípios éticos e pela busca por um futuro mais justo e inclusivo, onde a inteligência artificial seja utilizada para o bem-estar da humanidade.

Tanto o tema educacional como o da renda mínima se justificam e entrelaçam com a temática da ética no que tange a inteligência artificial (IA), devendo ela pautar o desenvolvimento tecnológico, garantindo que a tecnologia seja utilizada de forma responsável e não seja geradora de novos tipos de exclusão. Neste quesito, o neurocientista Sidarta Ribeiro afirma que estamos à beira de um precipício quando se fala em IA, pois estamos construindo as bases para a substituição dos seres humanos como realizadores de trabalho (fatores de produção), o que é perigoso, uma vez que o consumo está diretamente ligado ao trabalho (Ribeiro, 2023). Assim, é fundamental que a sociedade esteja atenta aos riscos e desafios da inteligência artificial e que busque soluções para garantir que essa tecnologia seja utilizada para o bem-estar de todos. De fato, a digitalização e a conectividade exigem liberdade de ação, de atuação e de posicionamentos para que exerçam seu papel com plenitude no que se convencionou chamar como Era da Informação e Conhecimento, na qual a indústria se reinventa, trocando o ambiente fisicamente denso do chão de fábrica pelo ambiente da intensa automação industrial e de integração entre diferentes tecnologias como inteligência artificial, robótica e internet, o que marca a indústria 4.0.

Com faceta paradoxal, a nova economia da era digital carrega um fator primordial ao desenvolvimento de novas interações econômicas, assim como de novas formas de gestão e dos próprios modelos de produção, baseados em uma visão holística, socioambientalmente responsável, que se encontra precisamente nos processos de comunicação entre as pessoas. Esses devem ser responsáveis em sentido amplo, dotados de atributos como transparência, ética,

alteridade e empatia, ou seja, princípios e valores.

Em suma, o futuro da humanidade depende da nossa capacidade de superar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam. É necessário um novo modo de pensar e agir, baseado na cooperação, na responsabilidade social e na sustentabilidade ambiental. Através do diálogo e da colaboração

que acolha a diversidade, equidade e inclusão na busca por soluções inovadoras, podemos construir um futuro mais próspero e justo para todos, navegando pelas correntes do presente em direção a um horizonte mais sustentável.

---

## Referências Bibliográficas

BARKI, E.; COMINI, Graziella Maria; TORRES, H. da G. (Orgs.). Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019. 376 p. ISBN: 978-85-225-2190-6. Disponível em <https://ice.org.br/wp-content/uploads/2022/07/negocios-de-impacto-socioambiental-no-brasil-ebook.pdf>, acesso em agosto de 2023.

ELKINGTON, J.. Canibais com garfo e faca. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, J.. 25 years ago I coined the phrase "triple bottom line." Here's why it's time to rethink it. Harvard Business Review, 25 June 2018.

FREEMAN, R. E.. Strategic management: a stakeholder approach. Boston: Pitman, 1984.

FRIEDMAN, M.. Capitalismo e liberdade. Tradução de Afonso Celso da Cunha Serra. 1. ed., 5. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2020.

MELLO, Ruth Espinola Soriano; NUNES, Nilza Rogéria A. ; EDMUNDO, K.. O enfoque ao impacto socioambiental positivo. In: Nilza Rogéria Nunes. (Org.). Projetos sociais\_ um infinito campo de

possibilidades. 1ed.Rio de Janeiro: Morula editorial, 2023, v. 1, p. 108-120.

MELLO, Ruth Espinola Soriano. Incubadoras universitárias de negócios de impacto social: origens, diferenças e desafios. PUC-Rio. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/36213/36213.PDF>, acesso em janeiro de 2024.

RIBEIRO, S. Viagem aos limites do cérebro. In: MIT Review. A evolução da inteligência. Edição Inteligência. Ano 04, N. 01, Out/Dez de 2023. p. 16-17.

RAWORTH, Kate. Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo; tradução George Schlesinger. 1.ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2019.

SMITH, A.. A Riqueza das Nações. Tradução de Maria Teresa de Lemos Lima. 1. ed. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2006.

YUNUS, M.. Building Social Business: The New Kind of Capitalism That Serves Humanity's Most Pressing Needs. 1. ed. New York: PublicAffairs, 2010.



## Ruth Espinola Soriano de Mello

Economista. Desde 2012 é professora do Departamento de Administração e Gestão da PUC-Rio em disciplinas ligadas à Inovação Social, Empreendedorismo de Impacto Socioambiental, Desenvolvimento Local e Planejamento de Negócios. Em 2019, ganhou Prêmio de Melhor Prática de Ensino que contribuiu para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Rede Brasil do Pacto Global da ONU.



### República do Capital: Capitalismo e Processo Político no Brasil

Ano após ano, o tema da desigualdade segue no centro do debate público nacional. A desigualdade extrema traz problemas de várias ordens: submete uma grande massa de pessoas a condições degradantes, questiona os fundamentos morais da sociedade, atrapalha o crescimento econômico.

Marcelo Medeiros, que se dedica há décadas a estudar o assunto e é reconhecido como um dos maiores especialistas do mundo sobre o tema, nos apresenta aqui as características da desigualdade no Brasil e descreve seus principais personagens: os ricos e os pobres. O autor aponta ainda as possibilidades e limitações de algumas das soluções comumente sugeridas para seu enfrentamento. Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade é um livro conciso, solidamente embasado, rigoroso em sua dimensão filosófica, didático e polêmico.

**Lançamento:** 18 outubro de 2023

**Autores:** Marcelo Medeiros

**Editora:** Companhia das Letras

**ISBN:** 978-85-3593-564-6



### Políticas anticíclicas e progresso econômico: a experiência brasileira

Crises especulativas e monetárias são frequentes na história do mundo. No século XVII, a falta de informações e a euforia que dominava investidores em busca de fortuna fácil desencadeou a Mania das Tulipas, na Holanda. Um século depois, uma especulação desenfreada das ações da britânica South Sea Company levou muita gente a perder dinheiro - entre elas, o físico Isaac Newton. Mas nenhum desses eventos causou tamanha ruptura social e econômica quanto a quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Ao repassar a história desses e outro momentos marcantes no mercado de capitais global, Roberto Teixeira Costa, o primeiro presidente da Comissão de Valores Mobiliários, não deixa o Brasil à margem e analisa também os efeitos da bolha de 1888 a 1891, da instabilidade dos anos 1970, da quebra da Bolsa do Rio de Janeiro, do caso Eike Batista, até a crise contábil das Lojas Americanas. Com coordenação do jornalista Fábio Pahim Jr, o livro é fundamental para entender os mecanismos do mercado e quais serão suas próximas crises.

**Lançamento:** 20 de julho de 2023

**Autores:** Roberto Teixeira da Costa e Fábio Pahim Jr.

**Editora:** Portfolio Penguin

**ISBN:** 978-65-5424-009-3

# Confira a 2ª edição revisada e ampliada do Guia de Orientação Profissional do Economista!

Descubra:

- Qual área seguir
- Critérios básicos
- Requisitos
- E muito mais!



Leia agora!

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!





# SINCE2024

28º Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia  
Balneário Camboriú - SC

O SINCE 2024 terá como tema "A importância do Sistema Cofecon/Corecons para a promoção do desenvolvimento econômico do Brasil e suas regiões".

Venha debater também a formação e o mercado de trabalho dos economistas e não fique de fora do principal evento da profissão neste ano!

**Balneário Camboriú-SC**  
16 a 18 de outubro

**SAIBA MAIS!**

Aponte a câmera do seu celular para o código QR!



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA



**CORECON**  
CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA



**COFECON**  
CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA

memórias e futuro da  
economia brasileira.



@cofecon

Conselho Federal de Economia - Cofecon  
Setor Comercial Sul, Quadra 02, Bloco B, 12º andar, CEP 70318-900 - Brasília/DF  
Tel: (61) 3208-1800/E-mail: [cofecon@cofecon.org.br](mailto:cofecon@cofecon.org.br)